



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Soraia Martins Ferreira

**Práticas Profissionais em processos de  
reunificação familiar  
Um estudo com profissionais das casas  
de acolhimento residencial**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Soraia Martins Ferreira

**Práticas Profissionais em processos de  
reunificação familiar  
Um estudo com profissionais das casas  
de acolhimento residencial**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Estudos da Criança  
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com  
Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Professora Doutora Ana Maria Tomás de Almeida**

outubro de 2016

## Agradecimentos

A analogia da flor e do jardineiro pode dizer-nos muito sobre a forma como construímos a nossa vida e as nossas relações. Habitualmente, sou bastante negligente com as flores que tenho em casa, por isso, muitas vezes, opto por as admirar em outros jardins. E a verdade é que também nem sempre sou totalmente justa e atenta às flores que fazem parte da minha vida. O tempo corre com o rebuliço dos afazeres e, no meio de tantos afazeres, nem sempre temos tempo de parar para regar e conversar com as flores da nossa vida. No entanto, acho que tenho tido a sorte de ter a meu lado flores resistentes, quiçá resilientes. Cada uma com o seu perfume, sabedoria e encanto, as quais representam um papel e uma rede que, como as teias, se entrelaça e cria laços de aprendizagem, de confiança, de apoio e de amor.

**Obrigada** às minhas flores por terem colorido e enchido de magníficos aromas este meu caminho, que algumas vezes apresentou pedras, penhascos e precipícios, mas onde elas conseguiram continuar a florescer para me guiar!





## RESUMO

Apesar de os dados recolhidos pelo Instituto da Segurança Social, I.P. indicarem que a Reunificação Familiar é o segundo projeto de vida mais aplicado em Portugal, continua a notar-se que o número de crianças e jovens em acolhimento mantém a tendência em alta no qual, por sua vez, cerca de 1 em 10 corresponde à taxa de reentradas no sistema no último ano. Nesta sequência, a presente investigação tem por objetivo estudar os processos socioeducativos que promovem a reunificação familiar no contexto do acolhimento residencial em Portugal. Para a sua concretização foi disponibilizado, na plataforma do Google Drive, a versão online de um questionário criado especificamente no âmbito da presente investigação para responder aos objetivos do estudo e que foi aplicado junto dos profissionais das equipas técnicas das casas de acolhimento residencial nos Distritos de Aveiro, Porto e Viseu. O anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos foram assegurados pelos investigadores.

Participaram no estudo 91 profissionais dos três Distritos, sendo a amostra não probabilística. No tratamento dos dados recorreu-se ao programa informático *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM-SPSS), versão 22.

Os resultados do estudo indicam que os profissionais das casas de acolhimento residencial tendem a procurar estabelecer relações de confiança com a família e a criança/jovem, promovendo a sua participação no processo de reunificação, sobretudo, durante o período de acolhimento (i.e., contatos e visitas dentro e fora das casas de acolhimento). Evidencia-se uma menor intervenção destes profissionais nos momentos que precedem e sucedem o acolhimento. De acordo com os resultados, a metodologia de intervenção grupal não é ainda privilegiada como modalidade de intervenção por estes profissionais.

A importância do papel da família ao longo do processo de reunificação e a promoção da investigação como recurso para a disseminação do conhecimento e implementação de boas práticas poderão ser duas das implicações mais relevantes dos resultados deste estudo.

**Palavras-Chave: Acolhimento Residencial, Reunificação Familiar, Intervenção Socioeducativa, Intervenção Familiar, Práticas profissionais.**



## **ABSTRACT**

Although data collected by the Instituto da Segurança Social, I.P (Social Security Institute) shows that family reunification is the second most referred life project in Portugal, an upward trend is still remarked in the number of children and young people in care, of which approximately 1 in 10 correspond to the tax of reentries in the system last year. Thus, the aim of this research was studying the socio-educational processes that promote family reunification in residential care in Portugal. In order to carry out this study, we launched an online survey on the Google Drive platform, which was specifically created in line with the goals of the present research and sent to technical staff professionals of residential care units in Aveiro, Porto and Viseu districts. Anonymity and confidentiality of the collected data was guaranteed.

This study gathers data from 91 professionals from the above mentioned districts. The sample is a non-probabilistic sample. The data was processed using the version 22 of the IBM-SPSS (Statistical Package for Social Sciences) software.

The results show that residential care unit professionals tend to establish relationships of trust with the family and the child, promoting their participation in the reunification process, especially during foster care (i.e., contacts and visits in and outside the residential unit). However, the results show that there is less intervention from professionals in the moments before and after care. Group intervention methodology is still not favoured as a typology of intervention by the surveyed professionals, as results have shown.

Two relevant implications of this research towards intervention are the importance of the family's role during the reunification processes and the promotion of collaborative research as a resource for disseminating knowledge and implementation of evidence-based practices.

**Keywords: Residential care, Family reunification, Socio-educational intervention, Family intervention, Professional practice.**



# Índice

Introdução.....	1
Enquadramento Teórico.....	5
1. A família como lugar fundamental no crescimento e desenvolvimento da criança e do jovem .....	5
1.1. A família no quadro legal .....	5
1.2. Relações familiares e funções parentais – a sua importância e fatores que as influenciam.....	6
1.3. Famílias no sistema de promoção e proteção – que intervenção?.....	7
2. Acolhimento residencial em Portugal .....	10
3. As quatro fases do acolhimento.....	12
3.1. Comunicação e aceitação da medida .....	15
3.2. Visitas e contactos.....	17
3.3. Preparação da Reunificação.....	19
3.4. Reunificação Familiar .....	22
4. Resiliência Familiar .....	24
II. Metodologia.....	27
1. Tipo de estudo e objetivos .....	27
2. Instrumentos.....	27
3. Procedimentos.....	29
4. População alvo e Amostra .....	29
5. Tratamento de Dados.....	32
6. Considerações éticas .....	33
III. Análise e discussão de resultados .....	35
1. Análise de dados.....	35
2. Discussão de Dados.....	42
IV. Conclusões.....	49
Bibliografia .....	53



## Índice de Figuras

Figura 1 Princípio da Subsidiariedade - Pirâmide de entidades interventoras.....	8
--	---

## Índice de Quadros

Quadro 1 Áreas de formação especializada realizada pela amostra.....	31
Quadro 2 Número/Percentagem de profissionais por característica sociopsicológica das crianças/jovens em acolhimento .....	32
Quadro 3 Mediana, Mínimo, Máximo e Intervalo Interquartil dos totais das subescalas/fases do processo de acolhimento .....	35
Quadro 4 Mediana e intervalo interquartil por item nas quatro fases do processo de reunificação familiar .....	37
Quadro 5 Coeficiente de Correlação de Spearman entre totais das quatro fases do processo de reunificação.....	38
Quadro 6 Teste de Diferenças Kruskal-Wallis: Área de formação (VI) - Totais das fases do processo de reunificação familiar/ Total do processo .....	39
Quadro 7 Teste de Diferenças de <i>Mann-Whitney</i> : Anos de experiência (VI) - Totais das fases do processo de reunificação/ Total do processo.....	40
Quadro 8 Teste de Diferenças de Kruskal-Wallis; Idades das crianças/jovens em acolhimento (VI) - Totais das fases de acolhimento/ Total do processo.....	41
Quadro 9 Mann-Whitney para averiguar diferenças das práticas profissionais entre categorias/faixas etárias das crianças/jovens .....	41



## **Lista de siglas**

CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CASA	Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens
CDSS	Centro Distrital da Segurança Social
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
IQQ	Intervalo Interquartilico
ISS, I.P.	Instituto da Segurança Social, Instituição Pública
LIJ	Lar de Infância e Juventude
PSEI	Plano Socioeducativo Individualizado



## **Introdução**

A proteção da criança enquanto sujeito de direitos, com necessidades e características distintas, surge, essencialmente, a partir do final do século XIX. Em Portugal, é no início do século XX, com a implementação da 1ª República, que surge a primeira legislação de proteção à Infância, lei essa que apenas volta a ser revista em 1962, dando lugar à implementação da Organização Tutelar de Menores. Em 1990, com a retificação da Convenção sobre os Direitos da Criança pelo Estado Português, a proteção à infância vai progressivamente ganhando maior enfoque, sendo que a partir de 1996 é promovido um trabalho nesta área, o qual leva à aprovação, em 1999, de dois novos diplomas legais - Lei de Promoção e Proteção e Lei Tutelar Educativa (Abreu, Sá & Ramos, 2010; Alvarez, Carvalho, & Baptista, 2014; Ferreira, 2011; Magalhães, 2002), os quais foram já revistos e republicados - a Lei de Promoção e Proteção por duas vezes (Lei n.º 31/2003, de 22/08 e Lei n.º 142/2015, de 08/09) e a Lei Tutelar Educativa em 2015 (Lei n.º 4/2015, de 15/01).

A Lei de Promoção e Proteção tem por objetivo a proteção de crianças e jovens, no âmbito das situações de perigo que na mesma são assinaladas. Analisando-se esta Lei, e conhecendo-se uma criança ou jovem que se encontre numa das situações identificadas, poderá ser aplicada, por uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pelo Tribunal competente (Abreu et al., 2010; Bolieiro & Guerra, 2014), uma medida de promoção e proteção (art. 35.º Lei n.º 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, 2015). Estas medidas podem ser aplicadas em meio natural de vida, ou seja, quando o apoio prestado não implica a retirada da criança ou jovem do seu contexto natural de vida, ou em regime de colocação – quando a criança é retirada do seu contexto natural e colocada aos cuidados de uma família de acolhimento ou instituição.

Em Portugal, no ano de 2014, 8470 crianças e jovens encontravam-se em acolhimento residencial à data da realização do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens – Casa 2014. (Instituto da Segurança Social I.P., 2015). Em 2015, 8600 crianças e jovens estavam em acolhimento aquando da realização do CASA 2015.

(Instituto da Segurança Social I.P., 2016). Por sua vez, os dados relativos à reentrada no sistema de acolhimento apontam 824 registos no ano de 2015 contra 949 contabilizados em 2014.

A existência de um elevado número de crianças e jovens em acolhimento residencial em Portugal, sobretudo o seu acréscimo, revela uma situação contrária às diretivas europeias, que apelam ao desenvolvimento de um trabalho de proximidade com a família biológica, no sentido da promoção de competências parentais, focando-se nas suas capacidades mais do que nas suas debilidades (Balsells et al., 2013; Council of Europe, 2006; Rodrigo, 2015).

São ainda conhecidas as consequências a diferentes níveis das medidas de colocação para as crianças e jovens abrangidas pelas mesmas (Alvarez et al., 2014; Strecht, 2012; Trigo & Alberto, 2010), que advogam uma reformulação das estratégias de intervenção capaz de responder adequadamente às necessidades das crianças, jovens e suas famílias, ajudando-os a reconhecer e colocar em prática as suas capacidades (Vázquez, 2003; Del Valle & Rodríguez, 2008). Nas situações em que o acolhimento residencial seja necessário, a promoção de um trabalho com a criança, jovem e a sua família, como primeira instância, não pode ser esquecido. Como nos indica Strecht (2012, p.81):

Quando conhecemos crianças institucionalizadas, reparamos como o seu internamento pode ter sido uma medida útil e necessária, muitas vezes, life-saving. Aceitar esse facto não é com certeza tomar medidas contra ninguém. Muito menos contra aqueles de quem a criança está naturalmente próxima, os seus pais e familiares; pode ser ajudá-los a colmatar uma dificuldade ainda que momentânea no seu funcionamento como pessoas adultas.

Por conseguinte, os estudos na área da proteção à criança/jovem têm enfatizado a importância das intervenções de natureza preventiva e promocional (Casimiro, 2013; Rodrigo, 2015) e a adoção de modelos colaborativos entre profissionais e famílias (Rivera, Sousa, Grilo, & Rodrigues, 2013) em que o foco são as capacidades e forças das famílias e das crianças/jovens e a importância de um trabalho grupal de âmbito socioeducativo para a promoção da reunificação familiar (Grupo de Investigación en Intervenciones Socioeducativas en la Infancia y la Juventud [GRISIJ], 2016).

É neste quadro de atuação que o presente trabalho de investigação, integrado numa parceria da Universidade do Minho com as Universidades de Lleida e Barcelona, no âmbito do Projeto I+D 2015-17: *La reunificación familiar como reto del sistema de protección a la infancia* visa contribuir para o conhecimento científico dos processos socioeducativos de reunificação familiar nas situações de acolhimento residencial em Portugal, especificamente através do levantamento das práticas dos profissionais das casas de acolhimento residencial no âmbito da reunificação familiar.

De forma a responder a este objetivo, foi elaborado um inquérito, com base na recolha de informação bibliográfica e a orientação científica de investigadores vinculados com o projeto. Optou-se, no presente estudo, pela realização do inquérito a nível regional, disponibilizando o seu preenchimento através de uma plataforma online (*Google forms*) aos profissionais que exercem funções técnicas nas casas de acolhimento residencial dos Distritos de Aveiro, Porto e Viseu.

Dada a natureza académica deste trabalho, a apresentação e a análise dos dados recolhidos através dos inquéritos online serão previamente enquadradas pela análise teórica dos pontos considerados como relevantes no âmbito da investigação. Designadamente, traça-se de forma resumida a evolução do acolhimento residencial em Portugal e apontam-se os pressupostos legais, exigidos atualmente, no âmbito da aplicação desta medida. Acompanhando estes pressupostos legais, destaca-se o papel que a família assume na educação da criança/jovem, como elemento primordial para o seu melhor desenvolvimento. Nesta sequência, ao longo do enquadramento teórico, serão analisadas as fases inerentes ao acolhimento e os pontos essenciais de trabalho em cada uma delas (Balsells et al., 2013; Lietz & Strength, 2011; Valle & Zurita, 2007), tendo em consideração diferentes áreas que as podem influenciar (Department of Health, 2001).

Os resultados do estudo apontam no sentido de os profissionais das casas de acolhimento residencial demonstrarem práticas que tendem a promover a participação da família no processo de reunificação familiar, focando-se na relevância de uma intervenção socioeducativa. Todavia, nos momentos que precedem e sucedem o acolhimento denota-se o envolvimento de um menor número de profissionais na intervenção. Os resultados não demonstraram diferenças

significativas nas práticas profissionais de acordo com algumas das variáveis que as poderiam influenciar - área profissional, anos de serviço e características sociopsicológicas das crianças/jovens acolhidos. Ao nível das idades das crianças/jovens acolhidos apesar de o Teste de Kruskal-Wallis indicar a existência de diferenças significativas nas práticas profissionais, quando aplicado o Teste de Mann-Whitney com a correção de Bonferroni, para verificar entre que idades eram visíveis essas diferenças, não foi perceptível a sua existência. Os resultados indicaram, também, não ser comum o recurso dos profissionais das casas de acolhimento a técnicas de intervenção grupal.

Verifica-se, atualmente, o início de um caminho no sentido da promoção das novas diretivas legais e científicas, as quais reconhecem a importância do papel da família e da criança/jovem para o processo de reunificação familiar. Todavia, o número de crianças e jovens em acolhimento e o número daqueles que voltam a ser acolhidos são muito significativos, representando a importância da promoção de um trabalho com vista ao desenvolvimento do conhecimento das práticas profissionais atuais e dos fatores que as influenciam. Desta forma, poderá ser possível a promoção e o reconhecimento de boas-práticas, conducentes a processos de reunificação mais efetivos, estáveis e duradouros.

## **Enquadramento Teórico**

### **1. A família como lugar fundamental no crescimento e desenvolvimento da criança e do jovem**

#### **1.1. A família no quadro legal**

Do ponto de vista jurídico-legal, a família constitui-se como um direito fundamental da criança, assim consignado em vários diplomas legais nacionais e internacionais. O texto da Constituição da República Portuguesa, no ponto 5 do art. 36.º, refere que “os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos”, reforçando, no ponto 6 do mesmo artigo, que “os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.” (Bolieiro & Guerra, 2014; Constituição da República Portuguesa, 2007, pp. 31–32). O mesmo diploma legal, no n.º1 do seu art. 67.º enuncia a família como “elemento fundamental da sociedade” com direito à proteção e apoio do Estado a diferentes níveis – social, educacional –, de forma a que possa ser garantido o bem-estar dos seus elementos (Constituição da República Portuguesa, 2007, p. 42). Por sua vez, a Convenção sobre os Direitos da Criança, (1989, p. 3), ratificada em 1990 por Portugal, indica no seu Preâmbulo a ideia de que a

Família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a protecção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade.

As orientações legais têm progressivamente assinalado a importância da promoção de apoios à família em diferentes contextos (Casimiro, 2013; Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, 2015; Council of Europe, 2006; Rodrigo, 2015; Tomás de Almeida & Fernandes, 2010), sobretudo as alterações mais recentes têm por objetivo o reforço do papel da família no processo de acolhimento residencial.

## **1.2. Relações familiares e funções parentais – a sua importância e fatores que as influenciam**

A família é lugar de socialização primária e de afetos. De acordo com John Bowlby, referenciado por Guedeney (2004, p. 27), a ausência de cuidados maternos “dá lugar posteriormente a relações afetivas superficiais, à ausência de concentração intelectual (...) à ausência de reação emocional.” Porém, apesar de a família ser um lugar fundamental de promoção do desenvolvimento e bem-estar, nem todas as famílias conseguem aprender autonomamente a cuidar de forma segura dos seus filhos. São várias as condições que podem afetar o exercício das funções parentais. Rodrigo et al. (2015) fazem referência a diferentes contextos que têm implicações na parentalidade, tornando-se, por vezes, impreterível, o apoio de instituições junto das famílias para que se possam (re)organizar e pensar papéis e funções no seu conjunto, pressupondo-se a promoção das suas forças e capacidades. Rodrigo et al. (2015, p. 26) também verificam que, face às características da sociedade atual existe uma maior atenção e intervenção das entidades que a compõem, no sentido da proteção das crianças e jovens em situação de risco e perigo, deixando a família de ser um espaço fechado.

De acordo com Arteaga e Valle (2003); Midgley e Pretorius (2014); Montserrat (2014); Guedeney e Guedeney, (2004); Strecht (2012)), a família desempenha um papel essencial. Os pais ou seus substitutos são os cuidadores principais da criança e uma separação representa sempre o crescimento de angústias e sofrimento, mormente quando esta ocorre em circunstâncias adversas para o agregado familiar. Em suma, a literatura demonstra que o facto de a criança ou jovem ser vítima de maus-tratos tem repercussões no seu desenvolvimento a diferentes níveis (Strecht, 2012). Porém, é igualmente reconhecida a importância da família e das figuras de referência como lugar de afetos e relações (Alarcão, 2000) para o desenvolvimento de representações internas da criança (Miljkovitch, 2004; Rodrigo, Máiquez, Martín, & Rodríguez, 2015; Stapley, 2014), sendo que o seu afastamento do meio natural de vida e da família pode ter, de igual forma, graves prejuízos no seu desenvolvimento (Arteaga & Valle, 2003; Bronfenbrenner, 2002; Campos, Ochaíta, & Espinosa, 2010; Midgley & Pretorius, 2014; Miljkovitch, 2004; Montserrat, 2014; Stapley, 2014; Strecht, 2012).

Em virtude da necessidade da existência de um acolhimento da criança/jovem, é essencial trabalhar com a família e com a própria criança ou jovem. Acontece, não raras vezes, de acordo com a literatura, que a criança ou o jovem, se sentem pouco envolvidos e informados acerca do seu processo de promoção e proteção (Cossar, Brandon, & Jordan, 2014) e que a família sente a existência de pouco apoio profissional (Balsells et al., 2014). Strecht (2012, p. 182) refere que “falar de crianças negligenciadas, abandonadas, maltratadas, oriundas de meios sócio-familiares degradados (ou não) e dos seus problemas, entrou definitivamente na moda. Falar delas sim; falar com elas, infelizmente, não, (...)”.

### **1.3. Famílias no sistema de promoção e proteção – que intervenção?**

A Lei de Promoção e Proteção vigente em Portugal (Lei n.ª 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, 2015) tem presente de forma clara os princípios orientadores da intervenção, quando uma criança seja identificada como se encontrando numa situação de perigo (Bolieiro & Guerra, 2014). No art.º 4 refere a existência de uma intervenção que tenha em consideração o “superior interesse da criança e do jovem”, a “privacidade” da família, que se realize de forma precoce e obedeça ao estritamente necessário (“intervenção mínima”), para que a família possa ser protegida, sendo proporcional e atual e responsabilizando os pais pelos seus deveres. Indica a importância da “continuidade das relações psicológicas profundas”, tendo por base a “prevalência da família”, a “obrigatoriedade de informação” sobre os dados do processo à criança/jovem e família, bem como a sua “audição obrigatória e participação” e o respeito pela subsidiariedade, ou seja, a intervenção pelas instituições deve respeitar a pirâmide de intervenção legalmente prevista (Figura 1).



Figura 1 Princípio da Subsidiariedade - Pirâmide de entidades interventoras

Fonte: (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR], 2016)

Em paralelo às orientações legais, existem os modelos de intervenção que os profissionais que desempenham funções junto de famílias que integram o Sistema de Promoção e Proteção seguem como linha orientadora do seu exercício profissional.

As linhas orientadoras para a intervenção no contexto institucional colocam, atualmente, a ênfase no Modelo Ecológico e Sistémico (Guadalupe, 2009; Martín, Torbay, & Rodríguez, 2008; Tomás de Almeida & Fernandes, 2010). A perspetiva ecológica defende a família como um sistema constituído por subsistemas que se influenciam mutuamente e são influenciados por outros que lhe são externos (Balsells, 2007; Bronfenbrenner, 2002; Martín et al., 2008). Autores como Valle e Zurita (2007) fazem referência à importância da aplicação destes modelos aquando da existência de medidas de acolhimento residencial, de forma a promover a participação da família e da criança/jovem no processo. Rodrigues e Sousa (2013); Sousa et al. (2007) abordam a importância de um modelo colaborativo, assente numa relação hierárquica horizontal em que família e criança/jovem assumem um papel ativo para a mudança (Amorós et al., 2010; Casimiro, 2013; Cossar et al., 2014; Sallés & Ger, 2011; Sotero & Relvas, 2012).

Para promover a participação da família é importante que a mesma se sinta parte integrante do processo (Tomás de Almeida & Fernandes, 2010) e que o seu consentimento para a intervenção seja recolhido (Alonso & Menéndez, 2014; Sallés & Ger, 2011); promover a sua reflexão sobre os fatores que originaram a intervenção e perceber esses fatores a três níveis distintos – necessidades de desenvolvimento da criança/jovem; capacidades e competências parentais e

fatores ambientais/contextuais (Balsells, Pastor, Mateos, Vaquero, & Urrea, 2015; Department of Health, 2001), ter em consideração as suas características (Grilo, 2013), ouvir a sua opinião e promover a sua responsabilização (Balsells et al., 2015).

De acordo com Balsells (2007); Rodrigo, Casimiro, Quintana e Chaves (2009); Rodrigo (2015); Sallés e Ger (2011); Sousa et al., (2007) o foco na parentalidade positiva e nas forças da família é uma importante ferramenta para o trabalho de consciencialização e motivação da família para a mudança. A promoção da proximidade, honestidade e clareza no diálogo (Rivera et al., 2013; Sotero & Relvas, 2012) permite a construção de uma relação de maior confiança. A família e a criança/jovem devem ser incentivados a participar na construção do plano de ação/intervenção (Balsells, 2007), promovendo uma intervenção organizada e planificada, com uma boa coordenação entre a rede de profissionais envolvidos e a família e criança/jovem (Amorós et al., 2010; Sousa et al., 2007; Valle & Rodríguez, 2008; Vázquez, 2009), devendo a intervenção olhar à unidade familiar (Bravo & Valle, 2009b). É importante ter cuidado para que as perspetivas pessoais dos profissionais não influenciem a intervenção. As conclusões de uma investigação internacional recente, realizada com profissionais de cinco países diferentes, apresentaram evidências de que as convicções pessoais e valores culturais dos profissionais influenciam os seus pareceres e conseqüentemente a sua intervenção (Lopez, Koopmans, Knorth, & Witteman, 2010).

Alguns autores internacionais têm vindo a testar e a defender a focalização da intervenção com as famílias, no âmbito dos Sistemas de Promoção e Proteção, num trabalho grupal baseado em modelos socioeducativos (Balsells, 2007; Rodrigo et al., 2009; Sallés & Ger, 2011), funcionando o trabalho individual como complemento (Balsells, 2007). Outros, como Martín et al. (2008), sugerem a realização de estudos sobre o impacto das intervenções baseadas no modelo colaborativo no âmbito de uma medida de acolhimento residencial.

Ao longo das últimas décadas, os modelos de intervenção que orientam a prática profissional têm vindo a ser alterados de forma progressiva, face às orientações legais e científicas (Tomás de Almeida & Fernandes, 2010), mas com menor rapidez que estas últimas. Apesar de todas as orientações nacionais e internacionais no sentido de uma intervenção focada nos modelos

Ecológico-sistémico (Bronfenbrenner, 2002; Guadalupe, 2009; Tomás de Almeida & Fernandes, 2010) e Colaborativo (Rivera et al., 2013), em Portugal, verdadeiramente os passos dados nesse sentido têm sido morosos, apesar de iniciados. Num estudo realizado por Reis e Castro (2011) com profissionais a exercer funções em casas de acolhimento residencial (na altura designadas por LIJ) e em CPCJ, de forma a avaliar a posição das práticas dos profissionais perante a inovação legislativa, as conclusões indicaram que os profissionais consideravam pertinente e positivo o reforço do papel das famílias, porém revelaram dificuldades em colocar as orientações em prática, justificando-o com causas a dois níveis – organização dos serviços e características das famílias. Apesar das dificuldades assinaladas, os técnicos inquiridos revelaram estratégias de intervenção positivas a que costumam recorrer para a promoção de um caminho com vista ao recurso mais efetivo aos modelos Ecológico-sistémico e Colaborativo - encaminhamento para serviços locais, reuniões e formação de pais, “(...) a estimulação de uma relação de confiança, de ajuda ou parceria com as famílias e o reforço positivo das suas competências ou evoluções” (Reis & Castro, 2011, p. 50) - e as práticas socioeducativas.

Sousa et al. (2007) reforçam os pontos que originam a ineficiência da intervenção tradicional, que é ainda comum. Abordam a negligência sobre as perceções da família na realização do diagnóstico e do plano de intervenção, o que intensifica o carácter prescritivo sobre o que é necessário fazer para a mudança e a ausência de envolvimento dos sujeitos. Referem a ausência de articulação entre redes formais e informais e da promoção do recurso pelas famílias às redes informais – não são intensificadas estratégias para o fortalecimento das redes informais. De acordo com os mesmos autores, este tipo de intervenção tende a perpetuar o foco nos *deficits* e não nas forças, fortificando a continuidade de uma relação hierárquica vertical e focada no controlo, o que Geyr e Rihani (2010), referenciados por Grilo (2013), reforçam como inútil para o sucesso de uma intervenção que tenha como pressuposto a mudança.

## **2. Acolhimento residencial em Portugal**

A medida de acolhimento em instituição, ou acolhimento residencial, é uma das medidas de promoção e proteção prevista na legislação Portuguesa (al. f), art. 35.º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, 2015). À semelhança de outros países da Europa (Montserrat, 2014), Portugal tem visto ocorrer ao longo das últimas décadas

transformações significativas no âmbito dos objetivos desta medida. Bravo e Valle (2009a); Valle (1999); Valle e Zurita (2007) fazem referência à passagem de modelos de acolhimento macro assistenciais, nos quais era comum a existência de casas com mais de cem crianças/jovens acolhidos, com o objetivo primordial de prestação de cuidados básicos relacionados com a alimentação e a educação escolar, para modelos educativos integrados, onde se verificou uma redução significativa de crianças/jovens por casa, a contratação de profissionais especializados, a criação de ambientes familiares, com base numa perspetiva de intervenção ecológica (Montserrat, 2014), atendendo conhecer-se as repercussões do acolhimento no desenvolvimento integral de crianças e jovens (Alvarez et al., 2014; Campos et al., 2010; Midgley & Pretorius, 2014; Strecht, 2012).

Na sequência das necessárias alterações ao acolhimento residencial, em Portugal foi aprovado no ano de 2007, através do Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio, 2007, o Plano DOM. Este Programa dirigia-se a algumas das instituições de acolhimento portuguesas (com enfoque nos LIJ) e tinha por base a qualificação e o reforço dos recursos humanos técnicos destas casas. Mais tarde este programa veio a terminar e a ser substituído pelo Programa Sere+ (Despacho n.º 9016/2012, de 4 de julho, 2012).

No mês de setembro de 2015 foram aprovadas novas alterações legislativas no âmbito do Sistema de Promoção e Proteção Português. Em consequência, a partir de 8 de outubro de 2015, o acolhimento institucional passou a designar-se de acolhimento residencial (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), pressupondo-se a existência de unidades especializadas, que deverão dividir-se em três tipos: 1) Casas de acolhimento para situações de emergência; 2) Casas de acolhimento com respostas para necessidades específicas e 3) Apartamentos de autonomização (art.º 50, Lei 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro). O art.º 51 da mesma Lei vem dar relevância à integração planeada das crianças/jovens nas unidades residenciais, apresentando duas modalidades de acolhimento – o acolhimento residencial planeado e o acolhimento de emergência, distinguindo-se a primeira pela necessidade da criança/jovem e família serem preparadas para a medida a aplicar, valorizando a importância do seu envolvimento ativo no processo de que são parte integrante (Alonso & Menéndez, 2014; Amorós et al., 2010; Balsells

et al., 2014; Balsells, 2007; Balsells et al., 2015; Balsells et al., 2013; Cossar et al., 2014; Martín, Rodríguez, & Torbay, 2007; Martín et al., 2008; Rodrigues, Barbosa-Ducharne, et al., 2013; Sallés & Ger, 2011). O art.º 54 vem também dar ênfase ao papel das equipas técnicas das casas de acolhimento residencial, pressupondo que estas devem fazer o diagnóstico da situação da criança/jovem, bem como deve ser realizada, de forma obrigatória, a sua audição pela entidade decisora, o que vem corroborar a ideia defendida por Campos et al. (2010), quando referem a importância da audição dos profissionais no âmbito do processo.

O Instituto da Segurança Social I.P. (2007), nos Manuais da Qualidade criados, descreve e orienta a forma como deve ser realizado o planeamento da intervenção aquando da integração da criança/jovem no acolhimento residencial. Denomina o Plano de intervenção a criar de PSEI – Plano Socioeducativo Individualizado.

### **3. As quatro fases do acolhimento**

A Lei de Promoção e Proteção Portuguesa prevê como prioridade a aplicação de medidas de Promoção e Proteção em meio natural de vida (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, 2015), à semelhança do que acontece noutros países (Alonso & Menéndez, 2014), aquando da exposição de uma criança ou jovem a situação de perigo legalmente prevista. Quando a aplicação de uma destas medidas não é suficiente para suprir o perigo a que a criança/jovem se encontra exposta torna-se necessário aplicar uma medida de colocação. Em Portugal, de acordo com a informação dos Relatórios Casa 2014 e 2015 (Instituto da Segurança Social I.P., 2015, 2016), a medida de colocação com maior representatividade é o acolhimento residencial. Após a medida de colocação, os projetos de vida com maior representatividade correspondem à autonomização e à (re)integração familiar das crianças/jovens em acolhimento. No âmbito desta informação, o Relatório Casa 2014 vem, através do seu conteúdo, sensibilizar para a importância de trabalhar o sucesso da reintegração (familiar), considerando três vertentes: – “i) a intervenção junto da família para garantir a sua capacitação ao nível da responsabilidade parental”; ii) “o reforço da relação entre a família e a criança ou jovem”; iii) “a intervenção reparadora da criança e jovem em meio institucional.” (Instituto da Segurança Social I.P., 2015, p. 36). Esta informação é reforçada no Relatório Casa 2015 (Instituto da Segurança Social I.P., 2016).

Analogamente, Pinheiro (2012), no seu estudo centrado nas questões relacionadas com o papel dos técnicos superiores de serviço social a exercerem funções em CAT, constatou que os profissionais consideravam importante a intervenção das instituições junto da família, destacando a importância de uma intervenção em rede, focada “num modelo de proximidade relacional” (Pinheiro, 2012, p. 55). Porém, o mesmo estudo revela a inexistência de consenso entre os profissionais quanto ao momento em que a intervenção com a família deve ter início e ainda se devem ser os técnicos a aguardar que a família procure a instituição ou se devem ser os profissionais a procurar a família.

O GRISIJ (2016) aquando da construção do Programa de Educação Parental *Caminar en Familia* defende a existência de cinco fases inerentes à medida de acolhimento residencial, pressupondo-se um trabalho colaborativo (Rivera et al., 2013) e socioeducativo com a família (Balsells, 2007), com vista à reunificação familiar.

Com base na investigação desenvolvida por Cossar et al. (2014) é perceptível que crianças e jovens não se sentem ouvidos no processo que lhes diz respeito, sendo impreterível, de acordo com os mesmos autores, a promoção de uma relação de confiança e proximidade entre criança/jovem e os profissionais envolvidos no processo, bem como a promoção da participação da criança/jovem nas decisões que estejam relacionadas com a sua vida (al. d), art. 58.º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, 2015; Valle & Rodríguez, 2008), tendo em consideração o seu desenvolvimento/maturidade. Balsells et al., (2014) referenciam, por outro lado, a crítica que os pais, quando entrevistados, fazem à qualidade e quantidade de apoio que lhes é prestado pelos profissionais. Nesta sequência, as fases identificadas pelo GRISIJ (2016) no âmbito do programa de educação parental *Caminar en Familia* visam trabalhar, num primeiro momento, os motivos inerentes à aplicação da medida de acolhimento residencial, identificando os papéis dos diferentes intervenientes. Posteriormente, são trabalhados aspetos relacionados com as visitas e contactos entre familiares (pais) e criança/jovem. Num terceiro módulo do programa é realizada a preparação do regresso a casa, sucedendo-se uma fase de trabalho inerente aos primeiros dias em casa e uma fase de consolidação da reunificação.

As fases do programa de educação parental supramencionado encontram-se intrinsecamente relacionadas com o modelo identificado por Lietz e Strength (2011). Estes autores defendem a importância de um trabalho com vista à reunificação centrado nas forças familiares (Rodrigo, 2015), identificando, também, a existência de cinco fases, não lineares, inerentes ao processo de acolhimento e de reunificação familiar. Abordam em primeira instância a fase de sobrevivência, que se relaciona com a capacidade de ultrapassar o trauma inerente ao acolhimento; como segunda fase, identificam a adaptação, momento em que a família tende a ajustar-se à realidade do acolhimento e a procurar formas de resolução da situação em causa; a fase de aceitação é a que identificam posteriormente e corresponde ao momento em que a família aceita a medida, conseguindo comprometer-se, no sentido da promoção da mudança e do reconhecimento do que é necessário mudar. Lietz e Strength (2011) fazem referência a esta fase como um momento em que é possível a existência de maior comunicação e humor por parte da família, uma vez que existe a possibilidade de conseguir abordar situações difíceis de forma mais serena. Com este reconhecimento e comprometimento verifica-se uma fase de crescimento, em que é visível a mudança. Uma última fase, de acordo com estes autores, corresponde à ajuda que uma família pode dar a outras que passem por situações semelhantes. Esta é uma fase em que a família se encontra num patamar de maior organização, sendo importante para a consolidação e continuidade das mudanças encetadas o reconhecimento das mesmas por outros e a sensação de poder funcionar como rede de apoio. É, de acordo com Balsells et al. (2014); Balsells et al. (2013); Balsells et. al. (2015) uma fase que permite à própria família, que serve de testemunho a outras, fortalecer a sua autoestima e sensação de sucesso. Nesta fase, com o apoio dado a outras famílias, é possível que a mesma reflita sobre a sua mudança e sinta orgulho, fatores protetores para a manutenção e fortalecimento da mudança e reunificação familiar.

Valle e Zurita (2007, pp.61-73) abordam também 5 fases que identificam como parte integrante do processo de luto da criança/jovem, e da própria família, em virtude do acolhimento da criança/jovem e afastamento do meio familiar – Choque ou negação; Tristeza ou protesto; Regatear; Depressão ou tristeza; Resolução. Para estes autores, estas fases não são também lineares.

Com base nos modelos anteriormente enunciados, para o desenvolvimento do presente trabalho, no instrumento de recolha de dados, foram identificadas quatro fases inerentes à aplicação de uma medida de acolhimento residencial e ao trabalho a desenvolver junto da família e da criança/jovem com vista à reunificação familiar.

### **3.1. Comunicação e aceitação da medida**

Na continuidade da análise da atual legislação de Promoção e Proteção em Portugal é perceptível a aproximação às orientações dos modelos de intervenção familiares defendidos na atualidade para a promoção do sucesso da intervenção, quando aprova, através do n.º 1, do seu art. 51.º (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), duas modalidades de intervenção no acolhimento residencial – o acolhimento residencial planeado e o acolhimento residencial de emergência – e dá prevalência, sempre que possível, ao acolhimento residencial planeado. Nesta linha orientadora, Alonso e Menéndez (2014); Valle e Zurita, (2007) abordam a importância de recolher o consentimento da família para o acolhimento da criança/jovem e apelam, à semelhança da atual legislação, para a importância de registar de forma justificada a intervenção realizada junto da família. Balsells (2007) aborda a importância de envolver a família (Bravo & Valle, 2009b) e a criança/jovem na tomada de decisão desde o início, reforçando o seu papel ativo no processo de mudança. Martín et al. (2008) defendem a implicação da família como um dos objetivos primordiais do acolhimento, apresentando dados que informam que a melhoria da cooperação das famílias está relacionada com a autonomia e adaptação da criança/jovem ao acolhimento. Amorós et al. (2010) corroboram esta informação quando indicam que a promoção da participação da família tem resultados positivos na intervenção. Martins (2005) refere que sendo a família considerada parte integrante do problema deve também ser considerada parte integrante da intervenção com vista à solução. Valle e Zurita (2007) fazem nota da importância de a criança/jovem e a sua família, sempre que possível, visitarem a casa de acolhimento e terem contacto com a sua equipa antes do acolhimento.

Não obstante, crianças e jovens reportam a entrada no sistema de acolhimento como um momento traumatizante, sobre o qual consideram ter pouca informação e não ser consultados. Relatam o facto de serem retirados e não serem informados sobre o local para onde vão (GRISIJ, 2016; Montserrat, 2014), sendo importante a formação dos profissionais para que o mesmo

deixe de acontecer (Montserrat, 2014). De igual forma, este é um momento difícil para a família, que, como nos indicam Valle e Zurita (2007, p. 107) pode ser sentido como humilhante, tendo implicações nas suas relações sociais e autoestima. Tendo em consideração as fases do processo de reunificação familiar identificadas por Lietz e Strength (2011), pode pensar-se estar perante a fase de sobrevivência, um momento crítico e doloroso, de difícil compreensão da retirada, onde sentimentos de traição da família em relação aos serviços são visíveis, situação que se acentua pela sua falta de informação e envolvimento. Nesta fase, é comum os pais atribuírem a retirada a fatores ambientais (Balsells et al., 2014). Valle e Zurita (2007, p.107) fazem referência ao facto de que os pais, à semelhança dos seus filhos, neste momento de retirada, podem passar por uma fase de choque, em que as suas atitudes podem, muitas vezes, ser confundidas pelos profissionais como falta de interesse e de relação afetiva com os seus filhos. É também comum os pais reagirem de forma agressiva para com os profissionais e recusarem colaborar, encontrando-se aqui numa fase de protesto ou numa confusão entre protesto e estado de choque.

Para a definição de uma intervenção promotora do envolvimento da família e da criança/jovem (Tomás de Almeida & Fernandes, 2010), conforme mencionado no subcapítulo 1.3., é essencial o estabelecimento de relações de confiança com uma base hierárquica horizontal e não vertical (Department of Health, 2001; Rivera et al., 2013). Desta forma, a família poderá iniciar um processo de consciencialização e reflexão dos motivos da retirada (Lietz & Strength, 2011) e será possível o desenho de um plano de ação (Amorós et al., 2010; Bravo & Valle, 2009b; Instituto da Segurança Social I.P., 2007; Vázquez, 2009) conjunto, o qual, sempre que possível, deve começar a desenhar-se ainda antes do acolhimento e deve tomar em consideração três eixos primordiais – necessidade de desenvolvimento da criança, capacidades/competências parentais e fatores ambientais (Department of Health, 2001). De acordo com Valle e Zurita, (2007, p.109):

Las residencias se encuentran en una situación óptima para poner en marcha estrategias destinadas a mantener la integridad de la familia y disminuir las sensaciones de amenaza que ésta puede tener. Cuanto mayor sea la implicación de la familia, tanto en la separación como en la reunificación, menor será la vivencia de la familia de la separación como una pérdida y menos intensas serán las reacciones habituales del proceso de duelo.

Apesar de numa fase inicial do processo de retirada as equipas das casas de acolhimento poderem não ter um papel tão ativo na definição do programa de acolhimento, não devem ser excluídas, para que possam agilizar os recursos necessários na sua posterior intervenção (Valle & Zurita, 2007). Nesta sequência de planificação da intervenção (Valle & Rodríguez, 2008) é importante a família saber o que de si é esperado e as informações transmitidas à criança/jovem sobre o seu acolhimento devem ser claras e precisas (Valle & Zurita, 2007). Poderão ser realizadas reuniões individuais ou serem promovidos grupos de pais/família, através dos quais, com recurso a diferentes atividades, poderá ser diligenciada a reflexão sobre os reais motivos do acolhimento e a definição de papéis das partes envolvidas, conforme foi proposto pelo GRISIJ (2016), aquando da construção do Programa *Caminar en Familia*.

### **3.2. Visitas e contactos**

As relações estabelecidas entre a criança/jovem e a sua família não podem ser substituídas pelas relações que se estabelecem com os profissionais do acolhimento (Alvarez et al., 2014; Bravo & Valle, 2009b; Campos et al., 2010; Valle & Zurita, 2007), sendo importante a facilitação de visitas e contactos (Valle & Rodríguez, 2008) entre a criança/jovem e a sua família no menor espaço de tempo após a data de acolhimento e de forma mais regular possível (Valle & Zurita, 2007).

Arteaga e Valle (2003) num estudo realizado com uma amostra normativa de jovens e uma amostra de jovens em acolhimento concluíram que tanto para um grupo como para outro o vínculo afetivo com a família é aquele que revela ter maior importância, dados corroborados por outros estudos que têm vindo a ser desenvolvidos em Portugal (Dias, 2014; Teixeira, 2011). Trigo e Alberto (2010, p. 137) indicam diferentes estudos que comprovam que a manutenção das relações familiares permite uma melhor gestão das relações dentro da instituição e também maiores competências sociais e educacionais. Montserrat (2014) faz referência à importância que o apoio informal tem para as crianças/jovens, sendo importante estas poderem escolher a forma e regularidade dos seus contactos com a família. O mesmo autor enuncia que pelo facto de o tempo ser limitado, não raras vezes, as crianças e jovens em acolhimento deixam de estar com elementos da sua família alargada ou são separados dos seus irmãos, pelo facto de o sistema não ter vagas conjuntas, tendo as crianças/jovens o sentimento de que são sempre os

adultos os decisores nestas situações. Pelo exposto, nos estudos desenvolvidos por Montserrat (2014) os principais temas abordados pelas crianças/jovens foram a procura de estabilidade dos vínculos emocionais e a importância de se sentirem ouvidos (Trigo & Alberto, 2010) no que se reporta aos contactos a manter com os seus familiares. Todas estas referências justificam a importância da definição de um plano de visitas que tenha em consideração todas as partes envolvidas – criança/jovem, família e casa de acolhimento - dando ênfase à continuidade das relações afetivas existentes antes do acolhimento, de acordo com a vontade da criança/jovem.

Hawkins, Catalano e Miller (1992), citados por Rodrigo et al. (2009, p. 114), referem que as competências parentais necessitam de oportunidades para serem treinadas, podendo as visitas, de entre as suas diferentes funções (Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007), ser vistas como oportunidades de trabalho junto das famílias, para a promoção de competências parentais e da relação familiar.

Tendo em consideração os três eixos primordiais sobre os quais se desenvolve o bem-estar integral da criança/jovem (Department of Health, 2001) e a importância das relações de vinculação para esse bem-estar (Midgley & Pretorius, 2014; Guedeney & Guedeney, 2004), a realização de momentos de reflexão e de atividades conjuntas são defendidos no âmbito de programas de educação parental desenhados (GRISIJ, 2016; Valle & Rodríguez, 2008). Balsells et al. (2014) fazem referência à importância da existência de um sentimento de respeito pela família, devendo existir entre a equipa de trabalho e a família uma relação de comunicação baseada no respeito e na honestidade, promovendo-se contactos positivos entre os membros da família. A realização de um trabalho socioeducativo com ênfase num papel ativo por parte da família deve assumir relevância (Balsells et al., 2013), devendo o plano de visitas ser flexível e funcional (Alonso & Menéndez, 2014, p. 154) e os papéis de cada uma das partes serem definidos através de uma abordagem integrada, para que todas as partes possam sentir-se corresponsáveis (Sotero & Relvas, 2012) e envolvidas, com base num dos oito princípios primordiais do acolhimento residencial definidos por Skinner (1992), citado por Valle e Zurita (2007, p. 45) - cooperação com as famílias.

### **3.3. Preparação da Reunificação**

A obra coordenada por Rodrigo (2015) faz referência ao facto de que a necessidade de apoio à parentalidade não ocorre apenas nas famílias que integram o sistema de promoção e proteção. Os desafios da sociedade atual e a multiplicidade de formas de família e os fatores que influenciam o sistema familiar (Alarcão, 2000; Rodrigo et al., 2015) tendem a influenciar os modelos de parentalidade. Não obstante, torna-se claro que existem famílias com maior necessidade de apoio para o melhor desempenho do exercício parental, entre as quais se identificam as que integram o sistema de promoção e proteção, muitas vezes nomeadas como famílias multiproblemáticas (Sousa, 2005) ou multidesafiadas (Sousa et al., 2007).

O primado da continuidade ou regresso da criança/jovem ao seu contexto natural de vida pressupõe a importância de um exercício de reflexão (Grilo, 2013) conjunto entre profissionais (Bravo & Valle, 2009b; Valle & Rodríguez, 2008), criança/jovem (Montserrat, 2014) e família, no sentido de promover continuamente a sua capacitação para a identificação dos fatores que originaram o acolhimento (Bravo & Valle, 2009b) e a mudança destes através do recurso às suas capacidades (Amorós et al., 2010; Lietz & Strength, 2011; Rodrigo, 2015). Valle e Zurita (2007, pp. 151–170) identificam entre os dez princípios que propõem para a qualidade do acolhimento residencial três que envolvem a família – 1) Respeito pelos direitos da criança e da família, 2) Apoio às famílias e 3) Colaboração e coordenação centrada na criança e na sua família.

Tendo em consideração as fases do processo de reunificação identificadas por Lietz e Strength (2011) poderemos identificar no momento de preparação da reunificação um misto entre a fase de adaptação, aceitação e crescimento, num processo que tem avanços e recuos e onde, por vezes, a idealização pode originar obstáculos na perceção das dificuldades inerentes ao processo e os sentimentos de ambivalência podem emergir (Balsells et al., 2014).

Rodrigo, Máiquez e Martín (2010); Rodrigo et al., (2015) abordam a importância de ter em consideração o conceito de ecologia (Martín et al., 2008) parental no exercício da intervenção socioeducativa com a família (Balsells et al., 2013), o qual tem em consideração os três pontos basilares também identificados pelo Department of Health (2001), e já várias vezes citados ao longo do presente trabalho – o contexto/ambiente em que a família se encontra integrada e a

sua rede de apoio (formal e informal), as necessidades (evolutivas) da criança e as capacidades/competências parentais (Balsells et al., 2013), - atendendo que, de acordo com Balsells et al. (2014) é habitual, num primeiro momento, a família atribuir a responsabilidade do acolhimento a fatores ambientais.

Tendo em consideração os três eixos enunciados, diferentes autores abordam a importância da definição de um plano de ação que compreenda o trabalho no sentido da promoção da reunificação (Alonso & Menéndez, 2014; Amorós et al., 2010; Balsells, 2007; Bravo & Valle, 2009b; Rodrigues et al., 2013; Valle & Rodríguez, 2008; Vázquez, 2009), parecer também emitido por alguns pais no âmbito de uma investigação realizada por Balsells et al. (2013). Valle e Zurita (2007) fazem referência à importância de os pais perceberem de forma clara quais são as suas responsabilidades no processo.

Com vista à reunificação familiar devem ser ponderadas ações que promovam uma participação gradualmente mais ativa da família (Vázquez, 2009) na rotina e nos assuntos importantes da vida diária da criança/jovem - reuniões escolares e consultas médicas (Alvarez et al., 2014; Balsells et al., 2014; Bravo & Valle, 2009b; Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007) – e o aumento da quantidade e duração das visitas, em contexto institucional e domiciliário (Balsells et al., 2013). Estas ações podem funcionar como elementos potenciadores da responsabilização, da relação familiar e da reflexão sobre as mudanças produzidas a nível individual e contextual, permitindo o fortalecimento do trabalho socioeducativo com todos os elementos da família (Balsells, 2007; Balsells et al., 2013) e do processo com vista à reunificação familiar. Através do envolvimento da família na vida da criança/jovem será mais fácil trabalhar com todos os elementos os fatores de risco e proteção existentes e a forma de gerir estes fatores com vista à manutenção da reunificação a longo prazo (Kimblim et al. (2009) citado por Balsells et al., 2013), tornando-os sujeitos ativos no processo (Balsells et al., 2013). Alvarez et al. (2014, p. 66) mencionam a Teoria de Bion sobre a aprendizagem através da experiência, com recurso ativo à sua “experiência emocional e afetiva”, como única forma de crescimento do indivíduo.

Por sua vez, atendendo aos números indicados pelo Instituto da Segurança Social I.P. (2015, 2016) relativos aos anos de 2014 e 2015, a maior percentagem de crianças/jovens acolhidos em Portugal encontrava-se na pré-adolescência ou adolescência. Nos mesmos relatórios são

apresentados dados que indicam que são os jovens entre os 15 e os 17 anos que apresentam um maior número de características particulares, destacando-se de entre as mesmas os problemas de comportamento e os consumos esporádicos de estupefacientes. Os comportamentos inerentes à faixa etária/desenvolvimental da criança/jovem podem originar dificuldades na reintegração familiar, apresentando a família dificuldades em lidar com determinados comportamentos. Estas situações devem ser previstas no plano de ação de forma a prevenir a reintegração no acolhimento e a consolidar a reunificação familiar (Balsells et al., 2014).

Outro ponto importante identificado ao nível da investigação científica (Balsells et al., 2014) nesta área prende-se com as redes de suporte social – enquanto os pais criticam a quantidade e a qualidade do apoio que lhes é dado pelos profissionais, reforçando a parca existência de apoio informal (família, vizinhos, amigos), os profissionais referem a ausência de recursos suficientes para a realização de um trabalho especializado. Em consequência, alguns autores (Alonso & Menéndez, 2014; Rodrigo et al., 2015) reforçam a importância de um trabalho efetivo para a agilização planificada e sistemática das redes formais/institucionais de apoio da família (Tomás de Almeida & Fernandes, 2010), sendo igualmente importante o reforço das relações familiares e comunitárias, de forma a promover a integração da família e a desenvolver em si um sentimento de pertença e de reconhecimento de apoio no contexto vivencial.

O trabalho desenvolvido com a família pode compreender diferentes metodologias complementares (Valle & Rodríguez, 2008). Vários investigadores têm focado a importância de reforçar o trabalho grupal (Balsells, 2007; Bravo & Valle, 2009b; Máiquez, Rodrigo, & Byrne, 2015; Valle & Zurita, 2007), integrando neste o recurso a famílias que já estiveram numa situação semelhante como elementos de apoio e fator potenciador de capacitação de ambas as partes – por um lado, as famílias que se encontram no processo com vista à reunificação percebem que existem outras que passaram por situações semelhantes que conseguiram ultrapassar. Por outro lado, aqueles que dão o seu testemunho podem fortalecer o seu sentimento de vitória perante uma situação difícil, aumentando a sua autoestima (Balsells et al., 2013; Lietz & Strength, 2011; Balsells et al., 2015).

Contudo, estudos indicam que a intervenção com a família é aquela que menos é considerada no âmbito dos programas individuais de intervenção (Arteaga & Del Valle, 2001), sendo por isso necessário (re)pensar os motivos inerentes a esse facto e reequacionar a aplicação das estratégias de intervenção que vêm sendo descritas já na literatura (Alonso & Menéndez, 2014; Alvarez et al., 2014; Amorós et al., 2010; Balsells, 2007; Balsells et. al., 2015; Balsells et al., 2013; Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID - Crianças Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos, 2006; Lietz & Strength, 2011; Máiquez et al., 2015; Martin et al., 2008; Sallés & Ger, 2011; Valle & Zurita, 2007), sendo fundamental trabalhar com a família para que esta possa reunir condições para voltar a cuidar da criança/jovem (Cavalcante, Silva, & Colino Magalhães, 2010; Valle & Zurita, 2007).

### **3.4. Reunificação Familiar**

Na sequência dos factos que têm vindo a ser descritos ao nível do trabalho com a família e a criança/jovem com vista à reunificação familiar, é absolutamente urgente a existência de um plano de ação que, desde o início ao pós-acolhimento, possibilite uma intervenção sistemática e objetiva (Martín, Tomás de Almeida, Cabrera, Miranda, & Rodrigo, 2015; Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, 2006; Montserrat, 2014; Rodrigo et al., 2015; Valle & Zurita, 2007). Este plano precisa de ser revisto e adequado às necessidades e expectativas (Ferreira da Silva, 2001) de cada fase de acolhimento (Balsells et al., 2015; Lietz & Strength, 2011). Vários autores defendem a importância da continuidade deste plano após a reunificação para evitar a reentrada da criança/jovem no acolhimento (Alonso & Menéndez, 2014; Alvarez et al., 2014; Balsells et al., 2015; Sousa et al., 2007), não podendo deixar de ser tidos em consideração os dados estatísticos produzidos anualmente em Portugal que indicam um elevado número de reentradas no sistema de crianças/jovens que deixaram o acolhimento (Instituto da Segurança Social I.P., 2015, 2016), bem como os dados produzidos noutros países como o Reino Unido que apresentam indicadores semelhantes (Balsells et al., 2015).

Balsells et al. (2014); Lietz e Strength (2011); Valle e Zurita (2007) fazem referência à importância da consciencialização das famílias (Vázquez, 2009) sobre as mudanças realizadas e a realizar com vista à manutenção da reunificação, revelando disponibilidade para enfrentar as

que advierem da continuidade do processo. Lietz e Strength (2011) reforçam a importância do significado atribuído pelas famílias às suas experiências como fator relevante para a reunificação.

De acordo com Balsells et al. (2013) a reunificação familiar tem aspetos positivos e negativos que necessitam de ser trabalhados nas ações delineadas – é natural surgirem sentimentos ambivalentes inerentes à situação de afastamento familiar que o acolhimento proporciona. Valle e Zurita (2007, p. 128) referem que,

la vuelta del niño a casa puede ser una situación muy estresante tanto para él como para los miembros de la familia, ya que, con su llegada, se puede romper el equilibrio existente en el sistema familiar y se tiene que reconstruir su relación con el resto de personas, así como desarrollar un nuevo rol, adaptarse a nuevos ritmos, rutinas y costumbres, asumir nuevas responsabilidades y cumplir con nuevas normas que, a veces, pueden ser contrarias con las de la residencia de la que procede.

Nesta sequência, incorporar, promover a participação, mediar e gerir o apoio que pode ser dado pelas redes formais e informais é um desafio importante (Alarcão, 2000; Balsells et al., 2015; Grilo, 2013). A definição de reuniões de trabalho com as famílias para pensar sobre as mudanças e rotinas e abordar as angústias que possam surgir inerentes ao processo de reunificação (Balsells et al., 2015) são outras das ações defendidas por Alonso e Menéndez (2014) e Valle e Zurita (2007). Child Welfare Information Gateway (2011) faz referência à importância da implementação de programas de educação familiar/parental após a reunificação, promovendo-se a monitorização desta fase. Montserrat (2014) enfatiza a perspetiva dos jovens, na qual é valorizada a importância do acompanhamento pós-saída como prevenção de reentrada no acolhimento. Balsells et al. (2015), com base na análise de informações prestadas por profissionais e pais, corroboram as ideias até ao presente descritas referenciando a importância do desenvolvimento de grupos de pais que se encontrem em processo de reunificação, promovendo-se o trabalho socioeducativo, com foco 1) no fortalecimento das competências parentais (Rodrigo et al., 2015), 2) na consciencialização do progresso, 3) na gestão emocional da família e 4) no fortalecimento das redes formais e informais. Elencam como último ponto, (5) a preparação da família para se constituir apoio de outros que passem por situação semelhante.

Para Lietz e Strength (2011) quando uma família se torna capaz de funcionar como elemento de apoio a outra pode indicar-se que está na última fase de resiliência familiar.

Ao considerar as fases do processo de reunificação identificadas por Lietz e Strength (2011) pode pensar-se o momento da reunificação como uma mescla entre a adaptação, aceitação e crescimento, pela complexidade que pressupõe. Neste trabalho com as famílias Rodrigo et al. (2015) e Rodrigues (2013) focam a importância da continuidade da valorização das forças familiares, com base num trabalho de promoção, fazendo uso dos obstáculos para a melhoria das capacidades parentais (Máiquez et al., 2015, p. 72).

#### **4. Resiliência Familiar**

Acima abordou-se a ideia de Lietz e Strength (2011) defenderem que quando uma família em processo de reunificação se encontra capaz de apoiar outra que tenha os seus filhos acolhidos estará, então, numa última fase de resiliência familiar. Para melhor compreender esta afirmação é importante saber o que é a resiliência e a resiliência familiar.

Yunes (2003) diz-nos que este é um conceito relativamente recente na área da Psicologia, sendo alvo de discussões no campo científico, face à sua complexidade. Não pode ser entendido como um conceito e capacidade inerte, uma vez que o sujeito ou família poderá conseguir ser resiliente em determinados momentos ou situações e não em outros (Anaut, 2005; Martín et al., 2015). Sallés e Ger (2011, p. 40) fazem referência a uma definição de resiliência proferida por Cyrulink (2002) - “La Capacidad de los seres humanos, sometidos a los efectos de una adversidad, de superarla e incluso de salir fortalecidos de la situación.” Infante (2005, p. 25), faz referência a Michael Rutter (1991) e Edith Grotberg (1993) como pioneiros, de entre um conjunto de autores que integram a segunda geração de investigadores do conceito de resiliência. Na definição do conceito de dinâmica de resiliência, Michael Rutter (1991) efetuou uma proposta do conceito de mecanismos protetores e Edith Grotberg (1993) refere que a dinâmica da resiliência “requer a interação de fatores resilientes advindos de três diferentes níveis: suporte social (eu tenho), habilidades (eu posso) e força interna (eu sou e eu estou)”. Infante (2005, p. 25) descreve ainda outros autores que identificam a resiliência como

um processo dinâmico em que as influências do ambiente e do indivíduo interatuam em uma relação recíproca, que permite à pessoa se adaptar, apesar da adversidade. A maioria dos pesquisadores, pertencentes a essa geração, simpatiza com o modelo ecológico-transacional de resiliência, que tem suas bases no modelo ecológico de Bronfenbrenner (1981).

Rooke e Pereira-Silva (2012), num estudo onde efetuam uma revisão bibliográfica no âmbito do conceito de resiliência familiar, dão enfoque também ao dinamismo do conceito e aos diferentes fatores que influenciam a sua existência, enquanto Casimiro (2013) faz referência aos fatores de vulnerabilidade e de resiliência como indicadores de uma maior ou menor capacidade para fazer face às adversidades. Santos da Silva, Lacharité, Arruda da Silva, Lunardi, e Filho (2009), perante as conclusões de um estudo de caso com uma família monoparental masculina em situação de pobreza e risco social, cujos dois filhos mais novos tinham estado em acolhimento residencial, concluíram, à semelhança de outros estudos já realizados, sobre a importância do 1) Clima afetivo; 2) Clima familiar de segurança; 3) Rede de suporte social formal; 4) Rede de suporte social informal; (Rivera, 2013) 5) Cuidados prestados à criança; 6) Expectativas em relação à criança; e 7) Aceitação e compreensão no que se reporta à existência, manutenção ou desenvolvimento da resiliência familiar. Por seu lado, Martín et al. (2015, p. 52) e Casimiro (2013) reforçam a importância que o contexto tem na resiliência familiar, referenciando o modelo de Walsh, à semelhança de Rivera (2013), no qual são incluídos três pontos cruciais no processo de resiliência familiar: 1) Sistema de crenças; 2) Padrões de organização e 3) Processos comunicativos.

A resiliência familiar acaba por estar intimamente relacionada com o foco da parentalidade positiva (Martín et al., 2015; Casimiro, 2013; Rivera, 2013), uma vez que se centra nas competências dos sujeitos, nas relações (Balsells et al., 2013) e nos contextos em que se inserem para fazer face às adversidades. Rivera (2013) como complemento à potenciação das forças familiares destaca a importância da promoção do bem-estar como fator para o desenvolvimento da resiliência, enquanto Lietz e Strength (2011), nas situações que impliquem reunificação familiar, reforçam a importância do compromisso e vontade para a mudança da

família e do indivíduo, como elemento essencial para a manutenção dessa mudança, e nesta sequência, para a sua resiliência perante as situações adversas.

## **II. Metodologia**

### **1. Tipo de estudo e objetivos**

O presente estudo está integrado numa parceria estabelecida entre a Universidade do Minho e a Universidade de Lleida e Barcelona. O objetivo é o levantamento das práticas dos profissionais das casas de acolhimento residencial nos Distritos de Aveiro, Porto e Viseu com vista à reunificação familiar. Classifica-se como uma investigação descritiva e de natureza quantitativa (Almeida & Freire, 2008).

No âmbito da análise de dados, e tendo em consideração a natureza do estudo, pretende-se:

1. Efetuar um levantamento das práticas profissionais nas diferentes fases do processo de reunificação familiar;
2. Analisar a relação das práticas profissionais nas quatro fases do processo de reunificação familiar;
3. Analisar a influência das características dos profissionais - área de formação, formação especializada, anos de experiência - nas práticas de reunificação familiar;
4. Analisar a influência dos motivos de acolhimento e das características sociopsicológicas das crianças/jovens em acolhimento - idades; perfil sociopsicológico das crianças/jovens - nas práticas de reunificação familiar.

### **2. Instrumentos**

Para a realização do presente estudo foi construído um inquérito que é composto por três partes 1) Caracterização sociodemográfica; 2) Levantamento das práticas dos profissionais de acolhimento residencial no processo de reunificação e 3) Observações descritivas dos profissionais. Na primeira parte são efetuadas questões como: sexo, distrito onde exerce funções, contexto de acolhimento, anos de serviço no acolhimento, habilitações literárias, profissão, formação especializada, idades das crianças/jovens em acolhimento, características sociopsicológicas/motivos de acolhimento da população com quem os profissionais trabalham e frequência da articulação com algumas das entidades comunitárias. A segunda parte é

composta por uma escala tipo Likert de quatro pontos, onde 1 representa comportamentos que raramente se observam, 2 comportamentos pouco frequentes, 3 comportamentos que se observam várias vezes e 4 comportamentos bastante ou muito frequentes. Através desta escala pretende-se efetuar o levantamento das práticas dos profissionais em cada fase inerente ao processo de reunificação familiar. Nesta sequência, a escala foi subdividida em quatro subescalas – 1) Comunicação da medida, onde se evidenciaram itens referentes à participação dos profissionais das casas de acolhimento na comunicação da medida, estabelecimento de uma relação com a família e a criança/jovem antes do acolhimento e relação dos profissionais das casas de acolhimento com a família após o momento de acolhimento e promoção da participação da família no delinear da intervenção (ex.: Promove-se a participação dos profissionais na comunicação da medida para reforçar a ligação à família (pais ou outro familiar significativo) e à criança/jovem; Facilita-se a discussão do plano de ação com a família e a criança/jovem para motivar a sua participação na construção do PSEI). Esta subescala é composta por 9 itens; 2) Visitas e contactos, na qual os itens se relacionam com as características das visitas, a relação, a intervenção e as metodologias de intervenção dos profissionais nesta fase do processo (ex.: Envolve-se a família na construção de um Plano de Visitas ajustado às suas necessidades e características de forma a aumentar o seu envolvimento e melhorar a relação com a criança/jovem; Fomenta-se a reflexão conjunta entre a família e a criança/jovem sobre o estado do processo para promover a consciencialização de ambas as partes das mudanças que precisam de ser feitas); 3) Preparação da reunificação onde se expõem itens também relacionados com a intervenção e as metodologias de intervenção, promoção da relação entre a criança/jovem e a sua família e identificação e recurso à rede de apoio familiar (ex.: Encoraja-se a família a falar do que vão fazer juntos quando a criança regressar a casa; Estimula-se a família e a criança/jovem a identificar a quem podem recorrer na sua rede de apoio quando necessitam de ajuda); 4) Reunificação, com itens relacionados com o papel dos profissionais das casas de acolhimento no pós-acolhimento (ex.: Promove-se o diálogo de pais e filhos sobre os acontecimentos familiares, na altura e após a reunificação, em reuniões periódicas com os profissionais de acolhimento; Realiza-se em conjunto com a criança/jovem reflexões sobre as suas forças e recursos para vencer momentos e situações

difíceis na altura e após a reunificação). As três últimas subescalas integram, cada uma, oito itens.

Antes da aplicação do instrumento de recolha de dados, foi realizada uma análise qualitativa com recurso à submissão do inquérito a uma reflexão falada e à consulta de especialistas na área (Almeida & Freire, 2008, pp. 144–146). Posteriormente à sua aplicação, de forma a avaliar a consistência interna, em suma, o grau de fidelidade da informação, foi medido o alpha de Cronbach, que apresentou valores considerados muito bons ( $\alpha = 0,946$ ) (Almeida & Freire, 2008, p. 186).

### **3. Procedimentos**

Para a divulgação do estudo em apreço, foi solicitada autorização ao ISS I.P. para que os CDSS de Aveiro, Porto e Viseu pudessem dar conhecimento do mesmo às casas de acolhimento, os quais efetuaram a referida divulgação. Posteriormente, foi realizado também contacto telefónico, por parte da investigadora, com algumas das casas de acolhimento – não foi possível o contacto com todas as casas pelo seu elevado número. Os contactos foram efetuados pela ordem em que se encontravam presentes as casas na lista disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (2016). Foram igualmente enviados pela investigadora e-mails para todas as casas de acolhimento, para reforçar a divulgação efetuada pelos CDSS.

O inquérito foi disponibilizado aos profissionais para preenchimento através de uma plataforma online - *Google forms* – tendo o link de acesso a essa plataforma sido divulgado pelos CDSS e pela investigadora.

Na divulgação do inquérito e na folha de rosto do mesmo foi garantida a confidencialidade e anonimato das respostas.

### **4. População alvo e Amostra**

A população alvo do presente estudo compreendeu os profissionais das equipas técnicas das casas de acolhimento residencial dos Distritos de Aveiro, Porto e Viseu. A amostra é não

probabilista, com o objetivo de chegar ao maior número possível de profissionais da população-alvo.

Em virtude de cada casa de acolhimento poder contratar os profissionais que considerar importantes para além do Acordo de Cooperação que tenha com o ISS, I.P., não foi possível apurar o número total de profissionais a exercer funções nas equipas técnicas das casas de acolhimento dos três distritos que integraram o estudo.

No que se reporta ao número de casas de acolhimento, de acordo com os dados disponibilizados pelo CDSS do Porto e pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (2016) existem em Aveiro 19 casas, no Porto 53 e em Viseu 9. Responderam ao inquérito 91 profissionais dos três distritos participantes na investigação. Destas 91 respostas, 77 (84,6%) foram do sexo feminino e 14 (15,4%) do sexo masculino. 61 respostas (67%) foram do Distrito do Porto, 20 (22%) foram do Distrito de Aveiro e 10 (11%) do Distrito de Viseu. 10 (11%) profissionais indicaram exercer funções em acolhimento de emergência, 49 (53,8%) referiram exercer funções em CAT, 43 (47,3%) em LIJ e 7 (7,7%) em acolhimento especializado. Há a ressaltar que, pela soma dos totais mencionados ( $10 + 49 + 43 + 7 = 109$ ), alguns dos profissionais indicaram mais do que um contexto onde exercem funções.

No que se reporta aos anos de serviço no acolhimento, 43 (47,3%) dos participantes no estudo indicaram exercer funções num período compreendido entre os 0 e os 8 anos, enquanto 48 (52,7%) indicaram trabalhar na área há 9 ou mais anos.

Ao nível das habilitações literárias da amostra, 53 (58,2%) dos participantes têm licenciatura, 14 (15,4%) pós-graduação, 23 (25,3%) mestrado e 1 (1,1%) doutoramento (*Mediana* = 1, *IQQ* = 2). No âmbito da área profissional as respostas dos participantes foram agrupadas em quatro categorias – 1) Serviço Social; 2) Psicologia; 3) Educação/Pedagogia; 4) Outros. De acordo com estas categorias, verificámos que 38 (41,8%) elementos da amostra se enquadram na área de Serviço Social, 31 (34,1%) em Psicologia, 20 (22%) em Educação/Pedagogia e 2 (2,2%) na categoria Outros (*Mo<sup>3</sup>* = 1). 22 (24,2%) dos participantes indicaram não ter efetuado formação especializada e 69 (75,8) indicaram ter formação especializada. Aos participantes que indicaram

ter realizado formação especializada foi solicitada informação referente ao tipo de formação, a qual abaixo apresentamos (Quadro 1).

Quadro 1 Áreas de formação especializada realizada pela amostra

Formação	Frequência	Porcentagem (%)
Sistema de Promoção e Proteção	47	51,6
Direito da Criança e do Jovem	27	29,7
Terapia Familiar	11	12,1
Mediação Familiar	9	9,9
Mediação de Conflitos	22	24,2
Lei Tutelar Educativa	11	12,1
Educação Parental	18	19,8
Psicologia	18	19,8
Acolhimento Residencial	42	46,2
Intervenção em Crise	2	2,2
Reabilitação e Inserção Social	2	2,2
Psicocriminologia	1	1,1
Intervenção Psicossocial	1	1,1
Recursos Humanos/Liderança	2	2,2

Através da análise do Quadro 1 verificamos que as quatro áreas de formação especializada predominantes são 1) Sistema de Promoção e Proteção (n = 47), 2) Acolhimento Residencial (n = 42), 3) Direito da Criança e do Jovem (n = 27) e 4) Mediação de Conflitos (n = 22). É igualmente perceptível que vários profissionais indicam ter realizado mais do que uma formação, face ao facto de que todos os valores somados resultam num valor superior a 91 (total de participantes no estudo).

Categorizando as idades das crianças/jovens acolhidas em 0-6 anos, 6-12 anos, 12-18 anos, 0-12 anos, 6-18 anos, 0-18 anos, sendo que nas categorias que têm como limite de idade 18 anos podem integrar-se jovens até aos 21 anos que mostrem vontade de continuar ao abrigo da medida de acolhimento, é perceptível indicar que 6 (6,6%) profissionais integram casas de acolhimento com crianças dos 0 aos 6 anos, 2 (2,2%) integram casas com crianças/jovens dos 6 aos 12 anos, 35 (38,5%) integram casas dos 12 aos 18 anos, 18 (19,8%) integram casas dos 0 aos 12 anos, 16 (17,6%) exercem funções em casas com crianças/jovens dos 6 aos 18 anos e 14 (15,4%) em casas que têm uma faixa etária dos 0 aos 18 anos.

No âmbito das características sociopsicológicas predominantes nas crianças/jovens com que a amostra trabalha e os motivos que geraram o acolhimento, no Quadro 2 é possível verificar que um grande número de profissionais identifica os problemas de comportamento (n = 68) e a ausência de capacidades parentais (n = 81) como características/motivos predominantes.

Quadro 2 Número/Percentagem de profissionais por característica sociopsicológica das crianças/jovens em acolhimento

Caracterização sociopsicológica/ Problemáticas	Frequência	Percentagem (%)
Problemas de comportamento	68	74,7
Deficiência Mental	19	20,9
Deficiência Física	6	6,6
Ausência de capacidades parentais	81	89,0
Consumo de substância ilícitas	14	15,4
Debilidade Mental	24	26,4
Problemas de saúde	8	8,8
Pedido da família para o acolhimento	10	11,0
Gravidez na adolescência	1	1,1
Problemas de Saúde Mental	1	1,1
Absentismo escolar	2	2,2
Abuso sexual	1	1,1
Maus-tratos	1	1,1

## 5. Tratamento de Dados

Para o tratamento e análise de dados foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM-SPSS), versão 22. No âmbito da caracterização sociodemográfica da amostra foi efetuado o recurso à estatística descritiva, com utilização das medidas previstas para variáveis nominais e ordinais.

Para a análise dos resultados do segundo ponto do inquérito (escala tipo Likert) recorreu-se, num primeiro momento, a medidas de carácter descritivo com a finalidade da apresentação dos resultados por item. Face ao facto dos itens serem de carácter ordinal foi extraída a sua mediana e intervalos interquartílicos (Martins, 2011). Posteriormente, para definir as medidas a utilizar com as variáveis intervalares (soma dos itens da escala tipo Likert), no âmbito da estatística inferencial, foi efetuada uma análise exploratória de dados. Nesta análise, verificou-se que as

variáveis não cumpriam na totalidade os três requisitos necessários para o recurso a medidas paramétricas: 1) variável ser intervalar; 2) distribuição normal da variável intervalar e 3) homogeneidade das variâncias (Martins, 2011, p. 218). Nesta sequência, recorreu-se à utilização de testes não paramétricos para a sua análise. Para a correlação de variáveis foi utilizado o Coeficiente de Correlação de Spearman e como testes de diferenças inter-sujeitos foram usados o Teste de Kruskal-Wallis (*Kruskal-Wallis Test,  $\chi^2$* ), o qual analisa três ou mais grupos independentes com uma variável dependente ordinal, e o Teste de Mann-Whitney (*Mann-Whitney Test,  $U$* ), que analisa dois grupos independentes com uma variável dependente ordinal (Martins, 2011).

## **6. Considerações éticas**

O estudo em apreço foi submetido a avaliação da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais da Universidade do Minho, a qual referenciou que o estudo se encontrava em “conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas”, não tendo nada a opor à sua concretização.



### III. Análise e discussão de resultados

#### 1. Análise de dados

Entre as quatro fases do processo de reunificação familiar identificadas no instrumento de recolha de dados – 1) Comunicação da medida; 2) Visitas e contactos; 3) Preparação da reunificação e 4) Reunificação – verifica-se que são a fase 1 (*Mediana* = 26, *IQQ* = 4) e a fase 2 (*Mediana* = 28, *IQQ* = 3) que reúnem medianas superiores (Quadro 3). Porém, é de denotar que a fase referente à Comunicação da medida apresenta 9 itens enquanto as restantes fases apresentam 8 itens. Assim, a 1.<sup>a</sup> fase tem uma soma do total dos itens superior às restantes, o que influencia a mediana.

Em todas as fases, com exceção da primeira – comunicação da medida – em que o valor mínimo apresentado é de 10, existiram respostas de valor mínimo e máximo correspondentes ao mínimo e máximo de pontuação possível em cada uma, significando a existência de respostas díspares pelos inquiridos.

Quadro 3 Mediana, Mínimo, Máximo e Intervalo Interquartil dos totais das subescalas/fases do processo de acolhimento

	1 Total de Comunicação da medida	2 Total de Visitas	3 Total de Preparação da Reunificação	4 Total de Reunificação
Mediana	26,00	28,00	25,00	23,00
Mínimo	10	8	8	8
Máximo	36	32	32	32
Intervalo interquartil P25 - P75	24 - 30	25 - 31	21 - 28	16 - 27
Assimetria	-,424	-1,288	-,670	-,444
Curtose	.360	2,483	,170	-,637

Quando analisadas as respostas por item em cada uma das fases do processo de reunificação (Quadro 4) verifica-se que é na segunda e terceira fase que se encontra uma distribuição mais homogênea e com valores superiores da mediana (*Mediana*) por item e com intervalos interquartílicos que não ultrapassam o valor de 1 (Quadro 4), salvo exceção do item 8 da 3.<sup>a</sup>

fase – Preparação da reunificação, o qual corresponde à prática de metodologias de intervenção grupal (*Mediana* = 2; *IQQ* = 2).

Analisando cada uma das fases isoladamente (Quadro 4) verifica-se que, no âmbito da Comunicação da medida são os itens 4, 5, 8 e 9 que apresentam uma mediana mais elevada com baixos intervalos interquartílicos (*Mediana* = 4, *IQQ* = 1). Estes itens relacionam-se com o contacto dos profissionais das casas de acolhimento com a família e a criança/jovem após o acolhimento e com a aproximação e conhecimento pela família do contexto/casa de acolhimento. Nesta fase os itens que apresentam valores de mediana mais baixos são o 2 e 3 (*Mediana* = 1, *IQQ* = 2), os quais estão relacionados com a promoção de contactos dos profissionais das casas de acolhimento com a família e a criança/jovem antes do acolhimento. Mais importa acrescentar que apesar dos contactos dos profissionais das casas de acolhimento com a família e a criança/jovem não serem comuns antes do acolhimento, existem alguns profissionais que revelam uma participação muito frequente na comunicação da medida ( $n = 42$ ; 46,2%) ou de várias vezes ( $n = 29$ ; 31,9%).

Ao nível da fase referente às Visitas e contactos os itens apresentam valores de mediana elevados, que se centram entre 3 e 4, com intervalos interquartílicos que não excedem o valor de 1. Nesta fase há a reforçar o facto de que o item 8, relacionado com a permissão dos contactos da família com a criança/jovem fora o período de visitas, apresenta uma *Mediana* = 4 e um *IQQ* = 0, podendo verificar-se uma uniformidade de respostas da amostra. Os restantes itens que reúnem valores elevados ao nível da mediana (*Mediana* = 4, *IQQ* = 1) reportam-se à construção de um plano de visitas que tenha em consideração as necessidades e características da família (item 1) e à permissão de visitas desde o início do acolhimento (item 2).

Na terceira fase do processo de reunificação familiar – Preparação da reunificação - o item 8 é aquele que apresenta uma mediana mais baixa (*Mediana* = 2; *IQQ* = 2). Este item está relacionado com a realização de atividades para grupos de pais. Os itens que apresentam uma mediana mais elevada são o 1 (*Mediana* = 4, *IQQ* = 1) e o 3 (*Mediana* = 4, *IQQ* = 1) – o item 1 refere-se ao diálogo com a família sobre as atividades a realizar com a criança/jovem após a

reunificação e o item 3 reporta-se ao apoio dado à família e à criança/jovem para o reconhecimento e agilização da sua rede social de apoio.

Quando analisados os itens referentes à quarta fase do processo de reunificação familiar – Reunificação - verifica-se que é o item 1, relacionado com a realização de reuniões com pais e filhos após a reunificação, que apresenta um valor de mediana mais baixo (*Mediana* = 2, *IQQ* = 1). Contudo, embora todos os restantes itens apresentem um valor de mediana igual (*Mediana* = 3) os intervalos interquartílicos (*IQQ*) variam entre 1 e 2.

Quadro 4 Mediana e intervalo interquartilico por item nas quatro fases do processo de reunificação familiar

Item	Mediana	Intervalo Interquartilico
<b>Comunicação da medida</b>		
1-Promove-se a participação dos profissionais na comunicação da medida para reforçar a ligação à família (pais ou outro familiar significativo) e à criança/jovem	3	1
2-Promovem-se os contactos com a família antes do acolhimento residencial para que a medida seja mais bem aceite	1	2
3-Promovem-se os contactos com a criança/jovem antes do acolhimento residencial para que compreenda a medida e a sua importância	1	2
4-Fomentam-se as conversas com a família nos primeiros tempos do acolhimento para a ajudar a ajustar-se à medida	4	1
5-Interage-se com a família para construir uma relação de confiança entre ela e os profissionais	4	1
6-Facilita-se a discussão do plano de ação com a família e a criança/jovem para a motivar a sua participação na construção do PSEI	3	2
7-Envolve-se a família no PSEI para melhorar a sua colaboração nos objetivos que tiverem sido propostos	3	1
8-Promove-se a proximidade à família para facilitar a integração da criança/jovem nos momentos iniciais do acolhimento (sempre que a medida o permite)	4	1
9-Incentiva-se que a família conheça o espaço e as rotinas da casa de acolhimento (CA) para diminuir dúvidas e medos relativos ao acolhimento da criança	4	1
<b>Visitas e contactos</b>		
1-Envolve-se a família na construção de um Plano de Visitas ajustado às suas necessidades e características de forma a aumentar o seu envolvimento e melhorar a relação com a criança/jovem	4	1
2-Promove-se as visitas da família à criança desde a primeira semana de acolhimento para ajudar a manter a relação familiar	4	1
3-Fomenta-se a reflexão conjunta entre a família e a criança/jovem sobre o estado do processo para promover a consciencialização de ambas as partes das mudanças que precisam de ser feitas	3	1
4-Incentiva-se a realização de atividades e a expressão de sentimentos da família para com a criança/jovem, em contexto de visita, para ajudar a família a melhorar a interação com a criança/jovem	3	1
5-Permite-se que a família utilize no contexto visita materiais que prepara ou leva de casa para brincar com a criança, de forma a promover a capacitação e empenhamento da família na relação	3	1
6-Estimula-se conversas com a família sobre a dinâmica e características das visitas para promover as suas competências de reflexão, assertividade e a sua capacitação	3	1
7-Estimula-se conversas conjuntas com a família e a criança/jovem para falar sobre a dinâmica e características das visitas para promover a reflexão sobre a mesma e a mudança	3	1
8-Permitem-se os contactos telefónicos entre a família e a criança/jovem fora do período de visitas de forma a promover a relação afetiva	4	0

Preparação da reunificação		
1-Encoraja-se a família a falar do que vão fazer juntos quando a criança regressar a casa	4	1
2-Promove-se momentos conjuntos de reflexão com a família e a criança/jovem a fim de que pais e filhos descubram o que lhes permite melhorar a educação	3	1
3-Estimula-se a família e a criança/jovem a identificar a quem podem recorrer na sua rede de apoio quando necessitam de ajuda	4	1
4-Promove-se iniciativas conjuntas de reunião entre os profissionais envolvidos no processo de acolhimento e a família para discutir o papel de cada um na reunificação	3	1
5-Promove-se momentos de descoberta de sentimentos de pertença e da importância do fortalecimento dos laços familiares no seu bem-estar por parte da família e da criança/jovem	3	1
6-Promove-se atividades conjuntas com a família com o fim de ajudar os pais a compreender e a melhorar o seu envolvimento e acompanhamento do desenvolvimento da criança/jovem.	3	1
7-Fomenta-se atividades de preparação para a transição entre o acolhimento e a reunificação com a família e a criança/jovem para facilitar a identificação de sentimentos emergentes e de estratégias para lidar com os mesmos	3	1
8-Promovem-se atividades para grupos de pais com vista à partilha de experiências e à reflexão conjunta sobre o papel dos pais na educação dos filhos	2	2
Reunificação		
1-Promove-se o diálogo de pais e filhos sobre os acontecimentos familiares, na altura e após a reunificação, em reuniões periódicas com os profissionais de acolhimento	2	1
2-Incentiva-se a família a avaliar as suas experiências familiares e antecipar o resultado dos seus comportamentos parentais na altura e após a reunificação	3	1
3-Promove-se a reflexão da criança/jovem acerca das suas experiências familiares e antecipação do resultado dos seus comportamentos e dos pais na altura e após a reunificação	3	2
4-Incentiva-se a família a refletir sobre as suas forças e recursos para vencer momentos e situações difíceis na altura e após a reunificação	3	2
5-Realiza-se em conjunto com a criança/jovem reflexões sobre as suas forças e recursos para vencer momentos e situações difíceis na altura e após a reunificação	3	2
6-Incentiva-se a família a identificar as situações familiares que promovem a participação, a autonomia e aprendizagem dos filhos	3	1
7-Promove-se a capacidade da família para identificar os comportamentos que eles desejam alterar	3	2
8-Incentiva-se as iniciativas de participação que a família e a criança/jovem tomam na sua comunidade de pertença (vizinhança, família alargada, grupos comunitários)	3	1

O Quadro 5 é alusivo ao Teste de Correlação de Spearman efetuado entre as fases do processo de reunificação familiar. Ao analisar o referido quadro é perceptível que cada uma das fases está associada com a outra, tendo todas elas uma probabilidade associada de  $p < .001$ . Mais se verifica que cada uma das fases apresenta valores de correlação mais elevados com a fase que lhe sucede – Comunicação da medida com Visitas e contactos ( $r_s = .616$ ); Visitas e contactos com Preparação da reunificação ( $r_s = .710$ ); Preparação da reunificação com Reunificação ( $r_s = .626$ ). Todavia, no que concerne ao grau de correlação verifica-se que é entre o Total da subescala de Visitas e contactos e o Total da subescala de Preparação da reunificação que se encontra o valor mais elevado ( $r_s = .710$ ) e entre o Total da subescala de Visitas e contactos e o Total da subescala de Reunificação que se encontra o valor mais baixo ( $r_s = .481$ ).

Quadro 5 Coeficiente de Correlação de Spearman entre totais das quatro fases do processo de reunificação

	1	2	3	4
Total de Comunicação da medida		,616**	,501**	,502**
Total de Visitas			,710**	,481**
Total de Preparação da Reunificação				,626**
Total de Reunificação				

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01.

Da análise efetuado para verificar a existência de diferenças entre a área profissional dos participantes na amostra - 1) Serviço Social; 2) Psicologia; 3) Educação/Pedagogia; 4) Outros) - e as suas práticas em cada uma das fases do processo de reunificação familiar (subescalas) e o total no âmbito do processo de reunificação (escala) verificou-se não existir diferenças significativas entre cada uma das fases e cada uma das áreas profissionais, sendo  $p > .05$  no teste com todas as variáveis dependentes (Quadro 6).

Quadro 6 Teste de Diferenças Kruskal-Wallis: Área de formação (VI) – Totais das fases do processo de reunificação familiar/ Total do processo

	Área de formação				X <sup>2</sup> (3)	Sig.
	Serviço Social n = 38 Ordem Média	Psicologia n = 31 Ordem Média	Educação/ Pedagogia n = 20 Ordem Média	Outros n = 2 Ordem Média		
Total de Comunicação da medida	41,26	45,45	57,75	27,00	6,261	n.s.
Total de Visitas e contactos	38,54	49,02	54,70	54,00	5,849	n.s.
Total de Preparação da Reunificação	43,18	45,56	49,93	67,00	2,156	n.s.
Total de Reunificação	42,67	45,35	53,05	48,75	2,082	n.s.
Total do Processo	41,30	46,79	53,55	47,50	2,873	n.s.

À semelhança da análise relatada no parágrafo anterior, e recorrendo ao teste de diferenças de Mann-Whitney, verifica-se, também, a não existência de diferenças significativas entre os anos de experiência dos profissionais das casas de acolhimento residencial e as suas práticas nas diferentes fases do processo de reunificação, sendo  $p > .05$  (Quadro 7). Há a assinalar que, no âmbito das práticas na totalidade do processo de reunificação familiar também não se encontram diferenças significativas tendo em consideração os anos de experiência dos profissionais ( $U = 949.500$ ,  $p = .512$ ) (Quadro 7).

Quadro 7 Teste de Diferenças de *Mann-Whitney*: Anos de experiência (VI) - Totais das fases do processo de reunificação/  
Total do processo

	Anos de experiência			
	0 – 8 anos n = 43 Ordem Média	9 – (+)20 anos n = 48 Ordem Média	U	Sig.
Total de Comunicação da medida	42,78	48,89	893,500	n.s.
Total de Visitas e contactos	42,23	49,38	870,000	n.s.
Total de Preparação da Reunificação	44,14	47,67	952,000	n.s.
Total de Reunificação	44,63	47,23	973,000	n.s.
Total do Processo	44,08	47,72	949,500	n.s.

O teste de diferenças de Kruskal-Wallis entre a idade das crianças/jovens em acolhimento e as práticas profissionais de acordo com as fases do processo de reunificação familiar acompanha os resultados dos testes apresentados nos parágrafos anteriores nas três primeiras fases do processo de reunificação familiar: 1.ª fase – Comunicação da Medida ( $\chi^2 = 6.158$ ,  $p = .291$ ); 2.ª fase – Visitas e contactos ( $\chi^2 = 9.956$ ,  $p = .076$ ) e 3.ª fase – Preparação da reunificação ( $\chi^2 = 10.302$ ,  $p = .067$ ), não apresentando indicadores de existência de diferenças significativas. Na 4ª fase do processo de reunificação familiar – Reunificação - verificam-se valores de  $\chi^2 = 11.323$  e  $p = .045$ , os quais revelam a existência de diferenças significativas nas práticas dos profissionais na fase de Reunificação de acordo com a idade das crianças/jovens, sendo  $p < .05$ . Quando analisadas as práticas profissionais no âmbito da totalidade do processo de reunificação os valores também revelam a existência de diferenças significativas de acordo com a idade das crianças/jovens em acolhimento ( $\chi^2 = 12.019$ ,  $p = .035$ ), com  $p < .05$  (Quadro 8). Para perceber se entre que grupos de idades se encontram as diferenças assinaladas foi aplicado o teste de Mann-Whitney, com a correção de Bonferroni ( $p = 0.05/15 = 0,0033$ ). Contudo, os resultados obtidos não cumprem os critérios estatísticos e perante a correção de Bonferroni não se denotam diferenças significativas no âmbito das práticas profissionais quando comparadas duas a duas as categorias de idades referentes às crianças/jovens acolhidos (Quadro 9).

Quadro 8 Teste de Diferenças de Kruskal-Wallis; Idades das crianças/jovens em acolhimento (VI) - Totais das fases de acolhimento/ Total do processo

	Idades de acolhimento							X <sup>2</sup> (5)	Sig.
	0-6 anos n = 6 Ordem Média	6-12 anos n = 2 Ordem Média	12-18 anos n = 35 Ordem Média	0-12 anos n = 18 Ordem Média	6-18 anos n = 16	0-18 anos n = 14			
Total de Comunicação da medida	23,67	35,00	45,69	47,17	47,91	54,25	6,158	n.s.	
Total de Visitas e contactos	26,92	72,00	41,51	51,47	43,19	57,86	9,956	n.s.	
Total de Preparação da Reunificação	35,92	64,75	42,24	50,42	36,66	62,04	10,302	n.s.	
Total de Reunificação	30,58	73,50	43,96	37,81	48,25	61,75	11,323	0,045	
Total do Processo	26,17	68,00	43,90	44,83	40,97	63,86	12,019	0,035	

Quadro 9 Mann-Whitney para averiguar diferenças das práticas profissionais entre categorias/faixas etárias das crianças/jovens

Categorias em análise	4.ª fase – “Reunificação”		Total do Processo de Reunificação	
	U	Sig.	U	Sig.
0-6 anos / 6-12 anos	1,000	0,096	1,00	n.s.
0-6 anos / 12-18 anos	73,000	0,237	65,500	n.s.
0-6 anos / 0-12 anos	47,000	0,635	28,500	n.s.
0-6 anos / 6-18 anos	30,000	0,183	30,500	n.s.
0-6 anos / 0-18 anos	11,500	0,011	10,500	n.s.
6-12 anos / 12-18 anos	12,000	0,121	16,000	n.s.
6-12 anos / 0-12 anos	6,000	0,123	8,000	n.s.
6-12 anos / 6-18 anos	7,000	0,202	7,000	n.s.
6-12 anos / 0-18 anos	8,000	0,330	13,000	n.s.
12-18 anos / 0-12 anos	264,500	0,341	312,000	n.s.
12-18 anos / 6-18 anos	249,000	0,527	269,500	n.s.
12-18 anos / 0-18 anos	145,000	0,026	137,500	n.s.
0-12 anos / 6-18 anos	113,000	0,282	120,500	n.s.
0-12 anos / 0-18 anos	65,000	0,020	69,000	n.s.
6-18 anos / 0-18 anos	77,000	0,142	57,000	n.s.

\*(Correção de Bonferroni:  $p = 0.05/15 = 0,0033$ )

Para verificar a existência ou não de diferenças nas práticas profissionais no âmbito do processo de reunificação familiar tendo em consideração as características sociopsicológicas das crianças/jovens acolhidos, foi aplicado o teste de Mann-Whitney. Através deste teste procurou conhecer-se a possibilidade de as práticas profissionais serem ou não diferentes de acordo com

a existência de determinadas características na população acolhida. Perante a análise dos resultados foi possível verificar a não existência de diferenças significativas nas práticas profissionais face à existência de características na população acolhida como<sup>1</sup>: problemas de comportamento ( $U = 656.500$ ,  $p = .252$ ), deficiência mental ( $U = 660.000$ ,  $p = .815$ ), deficiência física ( $U = 195.500$ ,  $p = .341$ ), ausência de capacidades parentais ( $U = 335.500$ ,  $p = .378$ ), consumo de substância ilícita ( $U = 520.000$ ,  $p = .834$ ), debilidade mental ( $U = 637.000$ ,  $p = .132$ ), problemas de saúde ( $U = 214.000$ ,  $p = .098$ ), pedido da família para acolhimento da criança/jovem ( $U = 393.000$ ,  $p = .879$ ), gravidez na adolescência ( $U = 28.500$ ,  $p = .530$ ), problemas de saúde mental da população acolhida ( $U = 1.500$ ,  $p = .098$ ), absentismo escolar ( $U = 69.000$ ,  $p = .588$ ), abuso sexual ( $U = 7.500$ ,  $p = .153$ ) e maus-tratos ( $U = 35.000$ ,  $p = .703$ ).

## **2. Discussão de Dados**

Quando refletidos os dados apresentados no ponto anterior é possível perceber que, na primeira fase identificada no âmbito de processo de Reunificação Familiar – Comunicação da medida –, o papel dos profissionais das casas de acolhimento não é comum nos momentos precedentes ao acolhimento. Apesar de a atual legislação de Promoção e Proteção em Portugal apresentar orientações no sentido do envolvimento dos profissionais das casas de acolhimento antes do acolhimento da criança/jovem e de a literatura indicar a importância do papel destes profissionais ainda que, neste momento, de forma mais passiva (Valle & Zurita, 2007), para que seja planeada a integração da criança/jovem na família, não raras vezes são as entidades com competência para aplicação da medida – CPCJ ou Tribunal (apoiado pelo Serviço de Assessoria Técnica aos Tribunais dos CDSS) - que gerem este primeiro momento. Contudo, é de reforçar o facto de que, apesar do pouco envolvimento com a família e a criança/jovem antes do acolhimento, entre os profissionais há um número destes que indica participar várias vezes ou de forma muito frequente na comunicação da medida. Mesmo temendo interferir prematuramente, esta intervenção terá implicações na relação que estabelecerão subsequentemente com a família e a criança/jovem. A participação dos profissionais, num momento considerado doloroso que, de acordo com Valle e Zurita (2007) é uma fase de choque ou negação, e de acordo com Lietz e Strength (2011) uma fase de sobrevivência, em que tanto crianças/jovens como as famílias, têm

---

<sup>1</sup> Não tendo existido diferenças significativas em nenhuma das fases do processo de reunificação familiar, para simplificar a redação e perceção dos dados, são descritos os resultados referentes ao total de pontos das quatro fases do processo de reunificação.

relatado a falta de apoio e de informação (GRISIJ, 2016; Montserrat, 2014), é inegavelmente importante. Porém, os profissionais relatam, sobretudo e de forma consistente, privilegiar o envolvimento com a família após o acolhimento da criança/jovem, designadamente através de conversas que permitam a compreensão da medida, diálogos para construir uma relação de confiança, a proximidade da família para facilitar a integração da criança/jovem e o incentivo à família para que conheça o espaço e as rotinas de acolhimento. Estas práticas poderão ser identificadas como fatores protetores no âmbito do estabelecimento de uma relação de confiança de base hierárquica horizontal (Department of Health, 2001; Rivera et al., 2013), que fortifica a possibilidade do sentimento de envolvimento da família e da criança/jovem na continuação de um processo de intervenção socioeducativa. Importa reforçar que a literatura indica que a melhoria da cooperação da família está relacionada com a autonomia e adaptação da criança/jovem ao acolhimento (Martín et al., 2008). Nesta fase há ainda a assinalar o envolvimento da família no desenho do PSEI, o qual é já tido em consideração por alguns dos profissionais inquiridos, mas que não é ainda uma prática comum, o que pode traduzir fragilidades na identificação por cada uma das partes envolvidas no processo da sua real implicação e do papel que deve desempenhar com vista à reunificação.

A fase referente às Visitas e contactos é a que apresenta valores superiores que traduzem uma maior implicação dos profissionais na intervenção. Esta realidade pode estar relacionada com o facto de os momentos de visitas poderem ser momentos de contacto privilegiado entre profissionais e família, ou porque a visita é supervisionada/monitorizada pelos profissionais, ou porque os profissionais têm que receber ou entregar a criança/jovem aos cuidados dos familiares num determinado período. Esta situação pressupõe maior facilidade para a troca de informações e reflexão sobre o processo, comportamentos e atividades, questões assinaladas nos itens desta subescala e que recolheram pontuações elevadas. Esta informação corrobora a importância atribuída pelo GRISIJ (2016); Valle e Rodriguez (2008) e Valle e Zurita (2007) às visitas como contexto de oportunidade de intervenção junto das famílias, com vista a trabalhar as relações e as suas competências. Neste ponto importa assinalar a relevância que a definição de um plano de visitas assume, bem como a promoção de visitas desde o início do acolhimento e a permissão de contactos entre a família e a criança/jovem fora do período de visitas, face aos resultados elevados que estes itens apresentam quando analisados os dados, indo de encontro

às orientações científicas que revelam a importância da facilitação de visitas e contactos (Valle & Rodríguez, 2008) e da existência de contactos de forma regular e no menor espaço de tempo possível após o acolhimento (Valle & Zurita, 2007), em virtude da importância que as relações familiares assumem (Alarcão, 2000; Arteaga & Valle, 2003; Dias, 2014; Midgley & Pretorius, 2014; Miljkovitch, 2004; Montserrat, 2014; Guedeney & Guedeney, 2004; Rodrigo, Máiquez, Martín & Rodríguez, 2015; Strecht, 2012; Teixeira, 2011).

A terceira fase do processo de reunificação familiar – Preparação da reunificação – é aquela em que se pressupõe uma intensificação do trabalho com vista ao retorno da criança/jovem aos cuidados da sua família. Nesta fase, importa reforçar o papel da família no quotidiano da criança/jovem (Vázquez, 2009) e refletir com a família e a criança/jovem (Bravo & Valle, 2009b; Grilo, 2013; Valle & Rodríguez, 2008) sobre os fatores protetores e de risco no momento prévio à reunificação e no momento da reunificação, antecipando acontecimentos. No contexto das respostas dos participantes no presente estudo, percebeu-se ser comum o encorajamento da família para falar sobre o que farão juntos quando a criança/jovem se encontrar em casa, facilitando-se desta forma a conceção de rotinas e respostas tipificadas em cada momento e de acordo com imprevistos que possam acontecer, fazendo uso das capacidades da família e da criança/jovem conforme a literatura recomenda e se evidencia ser importante (Amorós et al., 2010; Rodrigo, 2015). Nesta sequência, os profissionais atribuem pontuações elevadas também aos restantes itens desta subescala, concluindo da existência de práticas que reconhecem a importância da família e da criança/jovem num processo de que são parte integrante e como parte integrante terão que ser parte ativa (Martins, 2005). A concretização de reuniões com os profissionais e a família torna-se um apoio na definição de papéis, tarefa importante para que cada parte percecionasse as suas responsabilidades, conforme referido por Valle e Zurita (2007), numa fase em que se pode denotar um misto de sentimentos e emoções (Balsells et al., 2014) que necessita de ser trabalhado. Um dos itens desta subescala ao qual os profissionais atribuem também pontuações elevadas, e que importará evidenciar, é o item que se reporta ao trabalho com as famílias com vista à agilização da sua rede de suporte social, significando, desta forma, a realização de um trabalho com as famílias nesse sentido, conforme defendido por diferentes autores (Alonso & Menéndez, 2014; Rodrigo et al., 2009; Tomás de Almeida & Fernandes, 2010), situação relevante face ao facto de que estudos recentes dão indicação de que os pais

manifestam críticas em relação ao apoio que lhes é prestado pelos profissionais e reforçam o facto de terem pouco apoio da rede informal (Balsells et al., 2014). Este trabalho de promoção das redes pode auxiliar também na construção de um sentimento de pertença das famílias à comunidade, o que poderá constituir um fator positivo no acesso aos apoios de que necessitem.

No âmbito da fase de Preparação para a reunificação o item que obtém menor pontuação e, por conseguinte, destoa claramente das práticas dos profissionais diz respeito à realização de atividades de grupo e com grupos de pais. O que acontece ainda, sobretudo, é um trabalho individual focado em cada uma das famílias, não sendo dada relevância às indicações da literatura que defendem a importância de um trabalho grupal (Balsells, 2007; Bravo & Valle, 2009b; Máiquez et al., 2015; Valle & Zurita, 2007), onde os pais, que passam ou passaram por situações semelhantes, se poderão apoiar (Balsells et al., 2013). A ausência do uso de metodologias grupais pode ter origem em diferentes fatores (estruturais, contextuais, políticos, institucionais, individuais) que importa analisar.

A fase que se reporta à Reunificação é aquela que reúne valores mais díspares, tendo em consideração os intervalos interquartílicos assinalados, o que pressupõe o menor envolvimento dos profissionais das casas de acolhimento nesta fase do processo de reunificação familiar. Embora a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (2015) dê indicação no n.º 3, do artigo 54.º que “à equipa técnica (da casa de acolhimento) cabe o diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhidos e a definição e execução do seu projeto de promoção e proteção, de acordo com a decisão do tribunal ou da comissão.”, o artigo 59.º da mesma Lei reporta-se às entidades que acompanham a execução das medidas, referindo que às CPCJ cabe a execução e o acompanhamento das medidas que aplicam, e ao tribunal cabe a nomeação da entidade adequada para o fazer, não sendo enunciado de forma concreta uma entidade. Todavia, habitualmente, esta responsabilidade, no âmbito dos processos judiciais, é atribuída aos profissionais do Serviço de Assessoria Técnica aos Tribunais/Equipas Multidisciplinares de Assessoria Técnica dos CDSS (Instituto da Segurança Social I.P., 2015), o que poderá ser uma justificação para a diminuição da intervenção dos profissionais das casas de acolhimento junto das famílias e da criança/jovem após a saída do acolhimento. O que se verifica na prática é que, uma vez que existem os profissionais das entidades nomeadas pelo

Tribunal para o acompanhamento da medida e os profissionais das CPCJ, e a criança/jovem já não se encontra na casa de acolhimento, os profissionais das casas de acolhimento não se sentem mais comprometidos com o processo de reunificação no contexto familiar.

Contudo, os dados evidenciam, através dos valores obtidos nos itens relativos à quarta fase do processo de reunificação, que alguns dos profissionais participantes no estudo tendem já a dar continuidade à intervenção após a saída da criança/jovem do acolhimento, mantendo-se presentes no processo após a reunificação. Este envolvimento poderá ser efetuado informal ou formalmente, perante articulação com a CPCJ ou outra entidade que acompanha a execução da medida. O envolvimento destes profissionais no momento da reunificação e pós-reunificação pode entender-se como uma forma de dar continuidade à intervenção, pressupondo o conhecimento privilegiado que a equipa da casa de acolhimento tem da criança/jovem, podendo dessa forma apoiar e ajudar a família e a criança/jovem a refletir e consciencializar-se sobre mudanças, procedimentos, atividades, sentimentos e emoções, mal-entendidos que possam surgir. Esta intervenção pode ser tanto mais significativa quanto melhor tenha sido a relação de confiança estabelecida entre os profissionais da casa de acolhimento, a família e a criança/jovem. Conforme indica a literatura, a reunificação implica sentimentos ambivalentes, aspetos positivos e negativos que necessitam de ser trabalhados em consequência das alterações que se produzem no agregado familiar e nas próprias características individuais de cada um dos seus elementos (Balsells et al., 2013; Valle & Zurita, 2007). Neste sentido, o envolvimento da equipa da casa de acolhimento poderá ser uma mais-valia no sentido de fortificar a reunificação e trabalhar para que não se verifique a necessidade de um retorno da criança/jovem ao acolhimento.

Ao verificar a relação mútua das quatro fases que integram o processo de reunificação familiar percebe-se a existência de correlações entre todas elas. Mais se verifica que a primeira fase, Comunicação da medida, apresenta uma correlação maior com a segunda fase, Visitas e contactos. Por sua vez, a segunda fase, Visitas e contactos, apresenta uma correlação maior com a terceira fase, Preparação da reunificação, enquanto esta última obtém uma correlação maior com a quarta fase, Reunificação. Nesta sequência dos processos de reunificação, cada uma das fases apresenta valores de correlação superiores com a fase que a sucede e que lhe

está adjacente, podendo afirmar-se a importância que as práticas profissionais poderão ter no encadear dos diferentes processos socioeducativos da reunificação familiar. Conforme verificamos na literatura, os dados dão suporte empírico à tese que defende que desde o início do processo de acolhimento se estabeleça um plano de intervenção para a reunificação familiar (Balsells, 2007; Valle & Zurita, 2007). Mais se recomenda que este plano defina: (1) os papéis de cada uma das partes (profissionais, família e jovem) no processo; (2) o modelo de relação entre as partes, que deverá assentar num modelo colaborativo, onde se promovam relações hierárquicas horizontais entre as partes (Rodrigues & Sousa, 2013; Sousa et al., 2007), com vista ao estabelecimento de uma relação de confiança. Este plano e a relação estabelecida poderão orientar a intervenção ao longo do tempo, pressupondo o maior envolvimento da família e da criança/jovem no processo, grau que poderá estar condicionado pelo facto de estes se sentirem ou não parte integrante do mesmo (Tomás de Almeida & Fernandes, 2010).

Apesar de se verificarem valores de correlação significativos entre todas as fases do processo de reunificação, o valor mais alto de correlação verifica-se entre a segunda fase, Visitas e contactos, e a terceira fase, Preparação da reunificação. Cremos ler nestes resultados que eles são indicadores fiáveis de que as práticas profissionais no âmbito das visitas e contactos da família à criança/jovem e da preparação da reunificação estão fortemente correlacionadas. Em suma, como já analisado anteriormente, a fase das Visitas e contactos deverá ser vista como uma fase privilegiada para a intervenção socioeducativa com as famílias (GRISIJ, 2016; Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007). De igual modo, a fase da Preparação para a reunificação, tal como definida por vários autores (Alvarez et al., 2014; Balsells et al., 2014; Balsells et al., 2013; Bravo & Valle, 2009b; Grilo, 2013; Montserrat, 2014; Valle & Rodríguez, 2008; Valle & Zurita, 2007; Vázquez, 2009), decorre da intensificação de algumas práticas profissionais já iniciadas na fase das Visitas e contactos, como são, por exemplo, a promoção da reflexão conjunta entre profissionais, criança/jovem e família no sentido de promover a sua capacitação, a participação em reuniões escolares e consultas médicas, o aumento da quantidade e duração das visitas e a realização de visitas em diferentes contextos (institucional e domiciliário), uma forma de potenciar a responsabilização da família. É igualmente refletido nos dados que são nestas duas fases que se verifica uma maior homogeneidade das medianas e dos intervalos interquartílicos por item, o que supõe o maior envolvimento dos profissionais nas mesmas.

Tendo em consideração a análise de possíveis diferenças nas práticas profissionais com vista à reunificação de acordo com a área profissional dos sujeitos que constituem a amostra, os anos de experiência destes, as idades das crianças/jovens acolhidos ou as suas características sociopsicológicas, verificou-se que tais diferenças não relevam significância estatística. Apesar do Teste de Kruskal-Wallis referente às diferenças das práticas profissionais de acordo com as idades das crianças/jovens em acolhimento indicar a existência de diferenças significativas, quando aplicado o Teste de Mann-Whitney com a correção de Bonferroni não foi possível apurar essas diferenças. Desta forma, os resultados da análise de dados vêm corroborar a informação que se encontra presente no Relatório Casa 2014 (Instituto da Segurança Social I.P., 2015, p. 36), no que se reporta às idades das crianças/jovens em acolhimento com projeto de vida de reunificação familiar definido, o qual apresenta “ (...) uma distribuição bastante significativa em todos os grupos etários (211 dos 0-3 anos, 118 dos 4-5 anos, 353 dos 6-9 anos e 299 dos 10-11 anos, 630 dos 12-14 anos e 873 dos 15 aos 17).” O Relatório Casa 2015 (Instituto da Segurança Social I.P., 2016, p. 45) apresenta dados semelhantes.

## **IV. Conclusões**

A orientação vigente em Portugal, no âmbito da intervenção com famílias, caracteriza-se ainda por um enfoque em modelos de intervenção tradicional, os quais apresentam um carácter prescritivo, salientando as fragilidades e problemas, em detrimento das forças, capacidades e perceções da família (Sousa et al., 2007). Porém, as orientações legais e científicas caminham no sentido da promoção da participação da família e da criança/jovem no processo que comporta o acolhimento residencial e um trabalho com vista à reunificação. Diferentes autores (Amorós et al., 2010; Casimiro, 2013; Cossar et al., 2014; Rodrigues & Sousa, 2013; Sallés & Ger, 2011; Sotero & Relvas, 2012) vêm dar ênfase à necessidade do envolvimento das crianças/jovens e da família no processo, como forma de promover a sua participação como sujeitos ativos detentores de poder com vista à mudança.

Na linha do maior envolvimento da família e da criança/jovem no processo de reunificação, os profissionais das casas de acolhimento residencial deverão assumir um papel relevante, em virtude da relação de proximidade e confiança que poderão estabelecer com a família e a criança/jovem. Valle e Zurita (2007) focam a importância do envolvimento destes profissionais desde o início do processo de acolhimento, facto que releva também a atual Lei de Promoção e Proteção em Portugal.

Assim, como principais conclusões do presente estudo destacamos os indicadores relativos aos processos socioeducativos que reconhecemos nas práticas profissionais. Nestes processos há os que são transversais e há os que são específicos a fases distintas do processo de acolhimento. Ambos permitem considerar quais são os processos chave para a reunificação. Globalmente, o estabelecimento de uma relação de proximidade e confiança com a criança/jovem e a sua família são promotoras do seu envolvimento no processo com vista à reunificação familiar. A exemplo de processos socioeducativos específicos refira-se o envolvimento dos profissionais em momentos relacionados com as visitas e contactos e a preparação da reunificação, o que é distinto do menor grau de envolvimento nos períodos que antecedem e procedem o acolhimento. A este respeito, alguns profissionais reportam estar presentes no momento da comunicação da medida, mas não em momentos anteriores que permitiriam trabalhar com a família e a

criança/jovem a aplicação da medida de acolhimento. Deste modo, consideramos que seria pertinente avaliar o impacto da participação dos profissionais das casas de acolhimento na comunicação da medida e na relação que se estabelece durante o acolhimento, em contraponto ao não envolvimento com a família e a criança/jovem antes do acolhimento.

Para as conclusões do presente estudo sublinhe-se também que, embora vários autores defendam já como prática relevante a concretização de atividades de grupos de pais (Balsells, 2007; Rodrigo et al., 2009; Sallés & Ger, 2011) e o interesse em recorrer a uma metodologia de intervenção baseada na investigação empírica, esta não é ainda uma prática comum de acordo com as práticas reportadas pela amostra do presente estudo. Esta situação poderá justificar-se por diferentes fatores, o que poderá traduzir-se numa futura linha de investigação.

Resta-nos também referir que, face ao facto de existirem diferentes equipas a intervir com as famílias aquando da existência de uma medida de promoção e proteção, e concretamente, aquando da existência de uma medida de acolhimento residencial, poderá ser pertinente, para a definição de práticas e papéis profissionais efetuar um levantamento das perceções que cada entidade tem relativamente ao seu papel e ao papel dos restantes serviços/entidades intervenientes no processo de reunificação. Poderia ser vantajoso o levantamento de perceções junto dos profissionais das CPCJ, Serviço de Assessoria Técnica aos Tribunais/Equipas Multidisciplinares de Assessoria Técnica, Equipas dos Tribunais de Família e Menores e Equipas das Casas de Acolhimento Residencial, efetuando uma comparação, posterior, das perceções de cada parte.

Perante a importância das relações estabelecidas entre os profissionais e a família da criança/jovem no domínio da intervenção, uma outra sugestão de investigação prende-se com a análise das características destas relações, vistas, por um lado, pelos profissionais das casas de acolhimento e, por outro lado, pelas famílias.

O presente estudo apresenta algumas limitações que importa assinalar. Em virtude da não existência de uma amostra probabilística os dados e conclusões não podem ser generalizados. O estudo tem um carácter transversal e não se podem aplicar relações temporais entre as variáveis. O facto de a recolha de dados ter sido realizada num período sazonal, correspondente ao verão,

poderá ter tido implicações no número de respostas obtidas, devido ao facto de que vários profissionais se encontravam então em período de férias. Os resultados da análise exploratória de dados indicaram que, apesar da existência de variáveis intercalares, não poderiam ser usados testes paramétricos, pelo que foi necessário o recurso a testes não paramétricos, os quais não reúnem a mesma aprovação científica que os paramétricos. Mais se verificou que, apesar de alguns testes de diferença de Kruskal-Wallis terem reportado a existência de diferenças significativas entre categorias, quando realizados testes de diferença Mann-Whitney com a correção de Bonferroni estas diferenças não se confirmaram, o que poderá relacionar-se com a dimensão dos subgrupos e o número de testes a realizar nestas comparações.

Finalmente sublinhamos a importância que a investigação em torno dos processos de reunificação familiar reverte para o conhecimento e desenvolvimento de boas práticas no campo do acolhimento residencial. A valorização da família como sistema de relações cruciais ao bem-estar integral dos sujeitos, e a percepção de que ser pai ou mãe não é um dado adquirido, mas construído, poderá permitir um maior investimento profissional na promoção do envolvimento familiar e na educação parental, com vista à manutenção dos vínculos e cuidados familiares, na situação de acolhimento residencial. O envolvimento e a responsabilização familiar com foco nas forças e capacidades é essencial para a produção e manutenção de mudanças que desejamos para a promoção da reunificação familiar e a melhoria das práticas no sistema de proteção à criança e ao jovem em Portugal.



## Bibliografia

- Abreu, C. P. de, Sá, I. C., & Ramons, V. C. (2010). *Protecção, delinquência e justiça de menores – um manual prático para juristas... e não só*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Alonso, J. D., & Menéndez, R. M. (2014). El acogimiento de menores en el actual sistema de protección a la infancia: La importancia del contexto. *Revista Internacional de Trabajo Social e Bienestar*, (3), 149–155.
- Alvarez, F., Carvalho, I., & Baptista, M. (2014). Adolescentes em contexto institucional. In *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 49–71). Lisboa: Climepsi Editores.
- Amorós, P., Balsells, M. À., Fuentes-Peláez, N., Molina, M. C., Mateos, A., & Pastor, C. (2010). La atención integral a las familias en situación de vulnerabilidad. *Rivista Italiana Di Educazione Familiare*, 2, 37–44.
- Anaut, M. (2005). *A resiliência. Ultrapassar os traumatismos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Arteaga, A. B., & Valle, J. F. Del. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197–204.
- Arteaga, A. B., & Valle, J. F. del. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15(1), 136–142.
- Balsells, M. À. (2007). Orientaciones para promover acciones socioeducativas con familias en situación de riesgo social. *Guía Para La Gestión de Centros Educativos*, 1–12.
- Balsells, M. À., Pastor, C., Amorós, P., Mateos, A., Ponce, C., & Navajas, A. (2014). Child Welfare and Successful Reunification through the Socio-Educative Process: Training Needs among Biological Families in Spain. *Social Sciences*, 3(c), 809–826. doi:10.3390/socsci3040809
- Balsells, M. À., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Exploring the needs of parents for achieving reunification: The views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review*, 48, 159–166. doi:10.1016/j.chilyouth.2014.12.016
- Balsells, M. À., Pastor, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero, E., & Mundet, A. (2013).

- Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare Si Interventie Sociala*, 42, 228–247.
- Bolieiro, H., & Guerra, P. (2014). *A criança e a família - uma questão de direito(s), visão prática dos principais institutos do Direito da família e das crianças e jovens* (2.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Bravo, A., & Valle, F. Del. (2009a). Crisis y revisión del acogimiento residencial. Su papel en la protección infantil. *Papeles Del Psicólogo*, 30(1), 42–52.
- Bravo, A., & Valle, J. F. del. (Coord.) (2009b). *Intervención socioeducativa en acogimiento residencial. Colección documentos técnicos 02*. Santander: Dirección General de Políticas Sociales.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (II). Porto Alegre: Artmed.
- Campos, G., Ochaíta, E., & Espinosa, M. Á. (2010). El acogimiento residencial como contexto de desarrollo desde la perspectiva de sus profesionales. *Educación E Diversidad*, 5(1), 59–71.
- Casimiro, E. C. (2013). *Construcción y validación de un sistema de evaluación de familias en riesgo psicosocial*. Universidad de la Laguna.
- Cavalcante, L. I. C., Silva, S. S. da C., & Colino Magalhães, C. M. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(4), 1147–1172.
- Child Welfare Information Gateway. (2011). *Family Reunification: What the Evidence Shows*. Washington.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2016). Sistema de Proteção Português - Modelo de intervenção. Consultado em agosto 13, 2016, em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?12.02>
- Constituição da República Portuguesa (2007). Portugal.
- Convenção sobre os Direitos da Criança. (1989). Consultado em setembro 24, 2016, em [https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)
- Cossar, J., Brandon, M., & Jordan, P. (2014). “You”ve got to trust her and she’s got to trust you!: Children's views on participation in the child protection system. *Child and Family Social Work*, 21(1), 103–112. doi:10.1111/cfs.12115
- Council of Europe. Rec(2006)19 (2006).
- Department of Health. (2001). Framework for the Assessment of Children in Need and their

- Families. Consultado em setembro 24, 2016, em [http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130401151715/https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/Framework for the assessment of children in need and their families.pdf](http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130401151715/https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/Framework%20for%20the%20assessment%20of%20children%20in%20need%20and%20their%20families.pdf)
- Despacho n.º 9016/2012, de 4 de julho do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Diário da República, II série, n.º 128 (2012). Portugal.
- Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República, II série, n.º 90 (2007). Portugal.
- Dias, S. (2014). *Rede Social Pessoal de jovens acolhidos em lares de infância e juventude*. Tese de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal.
- Ferreira da Silva, L. (2001). *Intervenção Psico-social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreira, J. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a infância - modus operandi do assistente social na promoção da protecção à criança e à família*. Lisboa: Quid Juris, Sociedade Editora.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2016). Rede e serviços e equipamentos. Consultado em setembro 16, 2016, em [http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb\\_distrito&cod\\_distrito=0&cod\\_concelho=0&cod\\_freguesia=0&cod\\_area=1&cod\\_valencia=1304](http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_distrito&cod_distrito=0&cod_concelho=0&cod_freguesia=0&cod_area=1&cod_valencia=1304)
- Grilo, P. (2013). A complexidade na intervenção com famílias vulneráveis. In *Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social* (pp. 6 – 15). Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, I. e D. (2006). *Manual de Boas Práticas - Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens, para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Grupo de Investigación en Intervenciones Socioeducativas en la Infancia y la Juventud [GRISIJ]. (2016). *Caminar en Familia - Programa de competencias parentales durante el acogimiento y la reunificación familiar*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção em Rede - Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Guedeney, A. (2004). A Teoria da Vinculação: a história e as personagens. In *Vinculação. Conceitos e aplicações* (pp. 25–31). Lisboa: Climepsi Editores.
- Guedeney, N. & Guedeney, A. (2004). *Vinculação - conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi

Editores.

- Infante, F. (2005). Resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 22–38). Porto Alegre: Artmed.
- Instituto da Segurança Social I.P. (2007). Manual de Processos-chave - Centro de Acolhimento Temporário. Consultado em setembro 13, 2016, em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13631/gqrs\\_cat\\_processos-Chave/2bf9df18-9bbc-4adb-b972-73f50986098c](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13631/gqrs_cat_processos-Chave/2bf9df18-9bbc-4adb-b972-73f50986098c)
- Instituto da Segurança Social I.P. (2015). *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social I.P.
- Instituto da Segurança Social I.P. (2016). Relatório da caracterização anual das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2015. Lisboa: Instituto da Segurança Social I.P.
- Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Diário da República, I série – N.º 152 (2015). Portugal.
- Lietz, C. A., & Strength, M. (2011). Stories of Successful Reunification: A Narrative Study of Family Resilience in Child Welfare. *Families in Society, 92*(2), 203–210. doi:10.1606/1044-3894.4102
- Lopez, M., Koopmans, A. C., Knorth, E. J., & Witteman, C. (2010). Cross-national comparison of caseworkers' attitudes towards child welfare issues and their impact in risk assessments and decisions to place a child out-of-home. In *Foster care in Europe: what do we know about outcomes and evidence?* (pp. 57–60).
- Magalhães, T. (2002). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Máiquez, M. L., Rodrigo, M. J., & Byrne, S. (2015). El proceso de apoyo en la promoción de la parentalidad positiva. In *Manual práctico de parentalidad positiva* (pp. 67–87). Madrid: Editorial Síntesis.
- Martin, E., Rodríguez, T., & Torbay, Á. (2007). Evaluación diferencial de los programas de acogimiento residencial para menores, *19*, 406–412.
- Martin, E., Torbay, Á., & Rodríguez, T. (2008). Cooperación familiar y vinculación del menor con la familia en los programas de acogimiento residencial. *Anales de Psicología, 24*(1), 25–32.
- Martin, J.C., Tomás de Almeida, A. M., Cabrera, E., Miranda, C., & Rodrigo, M. J. (2015). La evolución de riesgo y fortalezas en parentalidad positiva. In *Manual práctico de parentalidad positiva* (pp. 45–65). Madrid: Editorial Síntesis.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

- Martins, P. C. (2005). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens - As respostas institucionais. In *VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?* (pp. 1–11). Lisboa: SCML.
- Midgley, N., & Pretorius, I. (2014). As creches de guerra Hampstead (1941-1945) - Uma perspectiva psicanalítica sobre acolhimento residencial para crianças e jovens. In *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 1–18). Lisboa: Climepsi Editores.
- Miljkovitch, R. (2004). A vinculação ao nível das representações. In *Vinculação. Conceitos e aplicações* (pp. 45–53). Lisboa: Climepsi Editores.
- Montserrat, C. (2014). The Child Protection System from the Perspective of Young People: Messages from 3 Studies. *Social Sciences*, *3*(4), 687–704. doi:10.3390/socsci3040687
- Pinheiro, M. (2012). *O acompanhamento a crianças e às suas famílias nos centros de acolhimento temporário: A perspectiva dos técnicos de serviço social*. Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Reis, V., & Castro, P. (2011). Aceitação e Resistência face à Inovação Legislativa - Um estudo com técnicos das comissões de protecção de crianças e jovens em perigo e lares de infância e juventude. In *Crianças em Risco e Perigo - Contextos, investigação e intervenção, Vol. 1* (1st ed., pp. 35 – 58). Lisboa: Edições Sílabo.
- Rivera, C. (2013). Intervenção Positiva com famílias socialmente vulneráveis. In *Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social* (pp. 30 – 53). Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria. doi:doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Rivera, C., Sousa, L., Grilo, P., & Rodrigues, S. (2013). *Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social*. Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Rodrigo, M. J. (2015). *Manual práctico de parentalidad positiva*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Rodrigo, M. J., Casimiro, E. C., Quintana, J. C. M., & Chaves, M. L. M. (2009). Las Competencias Parentales en contextos de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial*, *18*(2), 113–120.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., & Martín, J. C. (2010). Parentalidad positiva y políticas locales de apoyo a las familias. *Ministerios de Salud Y Política Social. Federación Española de Municipios Y Provincias*. Madrid.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C. & Rodríguez, B. (2015). La parentalidade positiva desde la prevención y la promoción. In *Manual práctico de parentalidad positiva* (pp. 25–44). Madrid: Editorial Síntesis.

- Rodrigues, S. (2013). Emergência de abordagens colaborativas na intervenção com famílias vulneráveis. In *Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social* (pp. 16 – 29). Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria.
- Rodrigues, S., Barbosa-Ducharme, M., & Valle, J. F. del. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles Del Psicólogo*, 34(1), 11–22.
- Rodrigues, S., & Sousa, L. (2013). Emergência de abordagens colaborativas na intervenção com famílias vulneráveis. In *Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social* (pp. 16 – 29). Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria.
- Rooke, M. I., & Pereira-Silva, N. L. (2012). Resiliência familiar e desenvolvimento humano: análise da produção científica. *Psicologia Em Pesquisa*, 6(2), 179–186. doi:10.5327/Z1982-12472012000200011
- Sallés, C., & Ger, S. (2011). Las competencias parentales en la familia contemporánea: descripción, promoción y evaluación. *Educación Social*, 49, 25 – 47.
- Santos da Silva, M. R., Lacharité, C., Arruda da Silva, P., Lunardi, V. L., & Filho, W. D. L. (2009). Processos que sustentam a resiliência familiar: Um estudo de Caso. *Texto E Contexto Enfermagem*, 18(1), 92–99. doi:10.1590/S0104-07072009000100011
- Sotero, L., & Relvas, P. (2012). A Intervenção com clientes involutários: complexidade e dilemas, 24(1), 187–196.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à intervenção*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Stapley, L. (2014). Conhecer a criança e desenvolver uma relação. In *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 73 – 90). Lisboa: Climepsi Editores.
- Strecht, P. (2012). *Crescer Vazio - Repercussões psíquicas do abandono e maus tratos em crianças e adolescentes* (5.ª ed.). Lisboa: Assírio e Alvim.
- Teixeira, V. R. L. (2011). *As Redes Sociais Pessoais de crianças e jovens em acolhimento residencial - o papel das fratrias*. Universidade do Minho.
- Tomás de Almeida, A. M., & Fernandes, N. (2010). Intervenção com crianças, jovens e famílias: pensar as práticas centradas em direitos. In *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias - Estudos e práticas* (pp. 13 – 43). Coimbra: Edições Almedina.
- Trigo, L. R., & Alberto, I. (2010). As múltiplas faces da institucionalização de crianças e jovens: risco e/ou oportunidade? In *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias - Estudos e*

- práticas* (pp. 125 – 143). Coimbra: Edições Almedina.
- Valle, J. F. del. (1999). Directrices de trabajo en el acogimiento residencial de menores. *Revista Rede Servicios Sociales*, (3), 3–16.
- Valle, J. F. del, & Rodríguez, J. Á. (Coord.) (2008). *Manual de cantabria*. Cantabria: Dirección General de Políticas Sociales.
- Valle, J. F. del, & Zurita, J. F. (2007). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia* (3rd ed.). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Vázquez, C. B. (Coord.). (2003). *Guía de buena práctica en la intervención social con la infancia, familia y adolescencia y manual de procedimiento de intervención ante situaciones de desprotección infantil*. Asturias: Cobsejería de bienestar social. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Vázquez, C. B. (Coord.) (2009). *Manual de actuación en las intervenciones orientadas a la capacitación parental*. Asturias: Consejería de Bienestar y Vivienda. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicología positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia Em Estudo*, 75–84. doi:10.1590/S1413-73722003000300010